



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
DANIELA VARNIER GISLON

**DISCURSO, POLÍTICA E PODER:
O NEGACIONISMO NA PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL**

Tubarão
2022



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
DANIELA VARNIER GISLON

**DISCURSO, POLÍTICA E PODER:
O NEGACIONISMO NA PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Linguagem.

Prof^a. Dra. Andréia da Silva Daltoé (Orientadora)

Tubarão

2022

G44 Gilson, Daniela Varnier, 1997 -
“Discurso, política e poder : o negacionismo na pandemia de
COVID-19 no Brasil” / Daniela Varnier Gilson. – 2022.
122 : il. color. f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Sul de Santa Catarina,
Pós-graduação em Ciências da Linguagem.
Orientação: Prof. Dr. Andréia da Silva Daltoé

1. Negacionismo - Análise do discurso. 2. Pandemia COVID-19,
2020- - Brasil. 3. Discurso negacionista. 4. Neoliberalismo. I.
Daltoé, Andréia da Silva. II. Universidade do Sul de Santa Catarina.
III. Título.

CDD (21. ed.) 401.41

DANIELA VARNIER GISLON

**“DISCURSO, POLÍTICA E PODER: O NEGACIONISMO NA PANDEMIA DE COVID-19 NO
BRASIL”**

Esta Dissertação foi julgada adequada à obtenção do título de Mestre em Ciências da Linguagem e aprovada em sua forma final pelo Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Tubarão, 21 de julho de 2022.



Professora e orientadora Andréia da Silva Daltoé Doutora.
Universidade do Sul de Santa Catarina

presente por videoconferência

Professor Helson Flávio da Silva Sobrinho Doutor.
Universidade Federal de Alagoas

presente por videoconferência

Professor Fábio José Rauen, Doutor.
Universidade do Sul de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

Escrever esta página é uma tarefa tanto difícil quanto satisfatória. Difícil, pois o medo de esquecer alguém e cometer injustiça se faz presente. Mas também é algo satisfatório, pois, à medida que escrevo, vou relembro as pessoas que me ajudaram nesta caminhada e, assim, ela própria adquire sentidos outros.

Nesta jornada, mais do que livros e textos e conhecimento, fizeram diferença uma palavra amiga, um encontro entre colegas, um abraço apertado, um pdf que salvou o trabalho, um perder-se no “corredor” da sala virtual, uma orientação que ocupou duas horas do Zoom. Fizeram diferença também as risadas, os encontros dos grupos de estudos, as palestras assistidas, as qualificações dos colegas. Fizeram diferença as pessoas que aqui vão; a elas meu mais sincero sentimento de gratidão.

À professora Andréia da Silva Daltoé, que, em agosto de 2019, durante uma palestra sobre o FUNDEB, na UNISUL, cumprimentou-me e, naquele gesto, reacendeu em mim o desejo de continuar meus estudos, encerrados na graduação em Letras em 2018. À professora Andréia, que recebeu, em 2020, uma proposta para ser orientadora de uma estudante sem projeto definido, nem tema, e mesmo assim não a desacreditou. À Andréia, minha orientadora, com a qual aprendi milhares de coisas. Na Academia ou na vida, muitas coisas seguirão diferentes depois dela. Um prazer e uma honra tê-la conhecido e ter compartilhado com ela esta jornada.

À Comissão de Bolsas do Processo Seletivo de Ingresso ao Mestrado em Ciências da Linguagem que, em junho de 2020, deferiu meu recurso e possibilitou o meu ingresso no programa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES que financiou esta pesquisa acadêmica.

Aos professores Dr. Fábio José Rauhen, Dra. Silvânia Siebert, Dr. Alexandre Linck Vargas e Dra. Nádia Régia Maffi Neckel pelos conhecimentos, pela troca e pela partilha generosa nas disciplinas cursadas.

Aos meus colegas da turma de Mestrado e Doutorado 2020/B, em especial, a Valdemir Soares dos Santos Neto, RaíBusarello, Thiago Waltrik e Júlia das Neves Mateus, parceiros desta obra e da vida, os quais guardo com muito carinho. Sempre disponíveis para uma palavra de conforto, conselho ou para me lembrar dos prazos. Esta caminhada foi mais leve com a presença de vocês.

Aos meus colegas do Grupo de Pesquisa Relações de Poder: esquecimento e memória- GREPEM, em especial Maristela da Silva Francisco e Rodrigo Sousa Fialho, pela troca, partilha e generosidade. Minha trajetória seria completamente outra sem vocês. Os debates enriquecedores, as sugestões para o texto, a orientação sobre uma ou outra trivialidade acadêmica: tudo importante.

Aos professores Dr. Helson Flávio da Silva Sobrinho e Dra. Silvânia Siebert pelas contribuições na banca de qualificação do projeto de dissertação que foram decisivas para a continuidade deste estudo.

Aos membros do corpo editorial da Revista *Memorare* da UNISUL que oportunizaram a mim a possibilidade de contribuir com revisões e consultoria textual para o periódico. Foi de grande valia esta experiência de ingressar um pouco mais no mundo científico. Cada artigo lido, cada texto, cada leitura contribuíram para este trabalho e para a minha formação como pesquisadora.

À Mariléia Burato De Pieri Bressan, grande amiga e incentivadora deste intento.

À Ariane Souza, minha psicóloga, pelas palavras amigas e motivadoras necessárias nos momentos em que a vontade de desistir aparecia à espreita.

Às inesquecíveis professoras Claudete Prêve Dela Vedova Simon, Jussara Bittencourt de Sá e Marizete Farias da Rocha, que me cativaram a seguir o caminho das Letras, no qual estou até hoje.

À vida e suas incansáveis surpresas e reviravoltas. Seguiremos aqui, aguardando as próximas.

“Não existe prática, a não ser através de uma ideologia, e dentro dela” (Althusser, 1996, p. 131).

RESUMO

O presente estudo, sob os pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso de linha materialista, investiga o funcionamento do discurso negacionista do Governo Federal em relação à pandemia de Covid-19 no Brasil. Como materialidade de análise, elegemos sequências discursivas de falas do presidente, nas quais se refere à pandemia e às medidas de enfrentamento relacionadas à crise sanitária. A partir dessa análise, buscamos entender de que formas se reveste o negacionismo e quais os funcionamentos imbricados nesse tipo de discurso. Durante nosso percurso de pesquisa, realizamos uma busca sobre outros momentos na história em que o negacionismo se fez presente, a fim de investigar aí filiações de sentido relacionadas à memória discursiva e à repetibilidade no que diz respeito a um funcionamento do negacionismo. Analisando as condições de produção que possibilitam a circulação do discurso negacionista em relação à Covid-19, é possível compreender o negacionismo para além de uma negação, como no caso da prevalência de enunciados afirmativos. Também apontamos funcionamentos que não visam apenas a negar a pandemia, mas a revesti-la de um fatalismo, a entendê-la como um problema individual e um funcionamento político que objetiva realizar manutenção da imagem pública do presidente. Essa conjuntura de análise levou-nos a concluir que existe uma correlação entre o discurso negacionista em relação à Covid-19 e as práticas político-econômicas neoliberais.

Palavras-chave: Pandemia de Covid-19. Discurso negacionista. Neoliberalismo.

ABSTRACT

This study, under the theoretical-methodological assumptions of Materialist Discourse Analysis, investigates the functioning of the Federal Government's negationist discourse in relation to the Covid-19 pandemic in Brazil. As a materiality of analysis, we chose discursive sequences of speeches by the president, in which he refers to the pandemic and the measures to face the health crisis. From this analysis, we seek to understand in which ways negationism takes on and what are the functions involved in this type of discourse. During our research course, we carried out a search for other moments in history in which negationism was present, in order to investigate affiliations of meaning related to discursive memory and repeatability with regard to the functioning of negationism. Analyzing the production conditions that allow the circulation of negationist discourse in relation to Covid-19, it is possible to understand negationism beyond a negation, as in the case of the prevalence of affirmative utterances. We also point out operations that are not only intended to deny the pandemic, but to cover it with fatalism, to understand it as an individual problem and a political operation that aims to maintain the president's public image. This juncture of analysis led us to conclude that there is a correlation between the denialist discourse in relation to Covid-19 and the neoliberal political-economic practices.

Keywords: Covid-19 Pandemic. Denialist discourse. Neoliberalism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Placar da vida.....	36
Figura 2 – Slogan da campanha “O Brasil não pode parar”.....	64

LISTA DE SIGLAS

AAD-69- Análise Automática do Discurso- 1969

AD- Análise de Discurso

ARENA- Partido da Aliança Renovadora Nacional

CAMEN- Campanha Nacional de Vacinação Contra a Meningite Meningocócica

CLT- Consolidação das Leis do Trabalho

CNPJ- Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CONASS- Conselho Nacional de Secretários de Saúde

CPF- Cadastro de Pessoas Físicas

CPI- Comissão Parlamentar de Inquérito

DEM- Partido Democratas

FD- Formação Discursiva

FUNAI- Fundação Nacional do Índio

OMS- Organização Mundial da Saúde

PCdoB- Partido Comunista do Brasil

PEC- Proposta de Emenda à Constituição

PMDB- Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PRTB- Partido Renovador Trabalhista Brasileiro

PSL- Partido Social Liberal

PT- Partido dos Trabalhadores

SARS- Síndrome Respiratória Aguda Grave

SECOM- Secretaria Especial de Comunicação Social

STF- Supremo Tribunal Federal

SUS- Sistema Único de Saúde

TSE- Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	FILIAÇÃO TEÓRICA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	15
3	VELHOS E NOVOS NEGACIONISMOS.....	20
3.1	UMA OUTRA PANDEMIA: A GRIPE ESPANHOLA EM 1918.....	20
3.2	UM CASO BRASILEIRO: A EPIDEMIA DE MENINGITE EM 1970.....	23
4	CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO QUE NEGA A PANDEMIA	27
4.1	O DISCURSO QUE NEGA A PANDEMIA É NEGACIONISTA?	40
4.2	MODOS DE FUNCIONAMENTO DO NEGACIONISMO DA COVID-19.....	46
4.2.1	O negacionismo enquanto fatalismo.....	47
4.2.2	O negacionismo e a individualização da morte.....	50
4.2.3	O negacionismo e a manutenção da figura do mito.....	54
5	NEGACIONISMO E NEOLIBERALISMO.....	57
	CONSIDERAÇÕES FINAIS: ATANDO AS PONTAS	72
	REFERÊNCIAS.....	79
	APÊNDICES	83
	APÊNDICE A – CRONOLOGIA DA PANDEMIA COVID-19 NO BRASIL (2020).....	84

1 INTRODUÇÃO

O ano de 2020 trouxe para a humanidade o desafio de uma pandemia global. Um novo coronavírus causador de síndrome respiratória aguda grave (SARS), em poucos meses, surgiria no interior da China e acabaria por espalhar-se mundo afora.

A cada dia, novas notícias disseminadas por meio da extensa rede integrada de computadores ou pelos meios mais convencionais, como rádio e televisão, nos alertavam sobre as novas descobertas em relação ao vírus e a sua propagação. Independentemente do meio, tudo que nos era transmitido, números, informações, estudos microbiológicos, representava e ecoava em apreensão, medo, angústia e a iminência de que enfrentaríamos algo que abalaria o mundo como um todo e o nosso próprio modo de viver, em particular.

Aquele vírus logo encontrou campo fértil do mundo globalizado, das viagens internacionais, e passou a difundir-se pelo globo. Segundo o infectologista Ujvari (2020, p. 299), foram necessários poucos meses, de dezembro de 2019 a março de 2020, desde o descobrimento dos primeiros casos da doença até o reconhecimento de uma pandemia em curso.

Entre outras diversas medidas preventivas foram adotadas: distanciamento social, instituição de quarentenas, restrições no comércio, nas indústrias, nos transportes; etiquetas de higiene respiratória, uso de máscaras, *face shield*, álcool em gel 70%, aferição de temperatura, protocolo de contaminação nos locais de trabalho, nas escolas, nos consultórios etc. Testagem, isolamento, proibição de acesso, velórios com caixões fechados e sem a presença de parentes. Restrição. Palavra que poderia resumir o estado das coisas naquele início de pandemia.

Semana a semana um novo país era atingido pela contaminação. Em 26 de fevereiro de 2020, o Brasil registrou seu primeiro caso de contaminação por Covid-19, entrando para a lista dos países atingidos pela pandemia. Assim como já havia ocorrido com outras nações, tornava-se urgente uma tomada de decisão em relação a como se daria o enfrentamento à pandemia por parte do governo.

À medida que o governo brasileiro se posicionava acerca da pandemia, seja por meio da fala dos ministros e/ou representantes do poder, seja pela fala do próprio presidente,

alguns jornais e outros veículos de comunicação, como Folha de S. Paulo e Istoé¹, por exemplo, passaram a definir ou a referir-se às falas de membros do governo como sendo parte de um *negacionismo* ou próprias de um *discurso negacionista*.

O uso desses termos dado na forma de evidência, sem apostos ou outra qualquer explicação, suscitou em nós, alguns questionamentos. Os veículos afirmavam que determinadas falas e/ou pronunciamentos eram parte de um discurso negacionista, sem jamais explicar o que seria isso. Para nós, pesquisadoras da Análise de Discurso, o termo discurso nos é muito caro, pois este é nosso objeto de estudo, e, por isso, este uso dado em sentido de evidência inquietou-nos. Em função disso, passamos a questionar: o que seria o negacionismo? Seria um fenômeno próprio da contemporaneidade? No que consiste um *discurso negacionista*, que esses veículos tomam como algo dotado de obviedade, que não precisa sequer ser explicado ou descrito? Por outro lado, pensando em termos teóricos próprios da Análise de Discurso, também nos questionamos: de que forma se configuraria esse discurso? Quem seriam os sujeitos próprios dessas práticas discursivas? Constituiria o discurso negacionista, ele próprio, uma formação discursiva? Ou seria ele parte constituinte de uma formação já dada? Quais as condições de produção desse discurso? Que efeitos de sentido são produzidos por meio dele? Tal discurso seria mera negação do fenômeno da pandemia ou imbricaria outros funcionamentos? Um discurso negacionista se define por apresentar formações que articulam necessariamente advérbios de negação (não, nunca, jamais etc.)? E, por fim, seriam esses posicionamentos do governo parte de um discurso negacionista?

Pensando nessas questões e tendo como ponto de partida o conceito dado pelo senso comum de que o negacionismo visa a negar alguma coisa, definimos como questão norteadora a seguinte pergunta: que funcionamento adquire a negação no interior do discurso da pandemia de Covid-19? Posto isso, supusemos que, ao investigar esta questão, poderíamos responder também às outras antes mencionadas.

Sendo assim, o presente estudo busca analisar de que forma se reveste o negacionismo no contexto da pandemia da Covid-19, considerando que os dados de infectados e mortos pelo mundo todo eram contundentes para o diagnóstico de que estávamos

¹ Como, por exemplo, nas seguintes manchetes: 1) O negacionismo no poder (Folha de S. Paulo). Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-negacionismo-no-poder/>. Acesso em 11 jun. 2021; 2) Apesar do desgaste, Bolsonaro deve manter discurso negacionista (Estado de Minas). Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/05/23/interna_politica,1269343/apesar-do-desgaste-bolsonaro-deve-manter-discurso-negacionista.shtml. Acesso em 11 jun 2021; 3) Bolsonaro mantém discurso negacionista (Istoé). Disponível em: <https://istoe.com.br/bolsonaro-mantem-discurso-negacionista/>. Acesso em 11 jun. 2021.

(e ainda estamos) em meio a uma pandemia, além de entender como ocorre o funcionamento desse discurso e como isso se reflete em outras práticas além das discursivas.

Considerando nossos objetos e nosso material de análise, entendemos que em nosso percurso metodológico tornava-se necessário: a) buscar outros episódios históricos nos quais o negacionismo se fez presente na história, procurando verificar as filiações de sentido e os atravessamentos de memória; b) levantar as condições de produção que possibilitam a circulação de tais dizeres; c) analisar o funcionamento das sequências discursivas mencionadas, visando investigar como (e se) ocorre a constituição de negações no interior desse discurso e o que isso acarreta, em termos práticos, para além do processo discursivo.

Em relação à materialidade de análise, selecionamos para compor o *corpus*, sequências discursivas de falas do presidente emitidas no período de janeiro a dezembro de 2020, em que se pronuncia sobre a pandemia de Covid-19. Assim, foram recolhidas sequências discursivas dispostas em dois suportes diferentes: a) falas do presidente gravadas em vídeo e disponíveis em plataformas da internet, das quais nós faremos a transcrição e b) falas transcritas por sites e jornais, devidamente marcadas entre aspas, retiradas de matérias ou informativos. Essas sequências discursivas serão progressivamente numeradas na medida em que são apresentadas durante o texto.

Posto isso, no capítulo seguinte, *Filiação teórica e procedimentos metodológicos*, apresentamos os aspectos teórico-analíticos da Análise de Discurso que orientam este trabalho. Ainda neste capítulo, abordamos os aspectos metodológicos adotados durante a pesquisa, como a definição do recorte, a constituição do arquivo e a formulação das categorias de análise.

Dando início ao nosso intento, recorreremos à História, no capítulo *Velhos e novos negacionismos*, buscando verificar outros momentos em que houve acontecimentos semelhantes, de modo a ajudar-nos a compreender melhor nosso próprio objeto de pesquisa. Por esta razão, buscamos eventos históricos de caráter similar e procuramos por similaridades, repetições e rupturas. Sendo assim, ancoramo-nos em alguns historiadores e estudiosos de outras áreas do conhecimento, tais como Lima (2020) e Uvjari (2020).

No capítulo seguinte, ao levantarmos as *Condições de produção do discurso que nega a pandemia*, nos atemos tanto a autores da Análise de Discurso, que nos trazem embasamento teórico, como Pêcheux (1988), Orlandi (2005) e Indursky (2020), quanto a autores como Oyama (2020) e Silva Sobrinho (2019), que apresentam informações acerca do contexto histórico atual, principalmente no que se refere a questões políticas.

Na sequência, nos capítulos *O discurso que nega a pandemia é negacionista?* e *Os modos de funcionamento do negacionismo em relação à pandemia de Covid-19* discutimos o que poderíamos definir como discurso negacionista e analisamos algumas materialidades discursivas que compõem nosso recorte. Nesse propósito, recorreremos fundamentalmente aos trabalhos de Indursky (1990, 2020) e Orlandi (2005).

Posteriormente, em *Negacionismo e neoliberalismo*, verificamos a recorrência de determinados funcionamentos discursivos acerca dos termos específicos: *povo* e *economia*. Esta análise nos levou a pensar sobre a noção de volatilidade da interpretação elaborada por Orlandi (2021) e sobre aspectos do funcionamento da estrutura capitalista e neoliberal, para a qual buscamos aporte teórico em Coggiola (2021) e Indursky (2020).

Por fim, após nosso gesto de análise, elaboramos nas *Considerações finais* uma síntese de nossos resultados obtidos, fazendo uma reflexão entre a teoria e a análise.

2 FILIAÇÃO TEÓRICA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quando a Organização Mundial da Saúde – OMS anunciou a existência de uma pandemia causada por um vírus até então desconhecido, em março de 2020, passamos a nos questionar sobre uma série de coisas: sobre nosso modo de viver, sobre nossa conduta, sobre nosso destino, sobre nossa interferência no planeta e no meio ambiente. Telejornais revolviavam, dia após dia, reportagens sobre a crise econômica, sanitária e ambiental. Questionávamos: o que seria de nós? Afinal, o homem contemporâneo, agora digital, parte alheia e inatingível do mundo, curvava-se novamente à natureza e às suas ações, completamente vulnerável. O ser humano redescobriu-se ser, apenas, humano.

Diante destes questionamentos e destas inseguranças fomentadas pelo momento de crise, colocamo-nos a observar os movimentos textuais e discursivos que passaram a fazer parte de nosso dia a dia. Palavras como esterilização, imunização, vírus, higienização, isolamento, antes restritas aos ambientes médicos, tornaram-se parte do nosso vocabulário comum. Os novos termos presentes indicavam as mudanças trazidas pelo novo momento. Aos poucos, acabamos nos familiarizando com estas palavras, haja vista a frequência com que elas se tornaram presentes.

Todavia, outros dizeres também começaram a sobressair, dizeres muito peculiares; que, dada certa variação, produziam um mesmo sentido: o de negar o que parecia ser óbvio: a própria pandemia. Isto nos inquietou sobremaneira, principalmente, porque se tratava de algo que parecia ser da ordem do absurdo, do *non sense*.

Por esta razão, é que nos ancoramos na Análise de Discurso de linha materialista (doravante AD) para efetuar a análise destes enunciados, que acreditamos estar relacionados a um negacionismo em relação à pandemia de Covid-19, considerando que esta área de saber nos permitiria pensar a relação do dito (e também do não-dito) com a história, com as relações sociais e com a política. A AD, que tem na figura de Michel Pêcheux seu maior expoente, busca compreender e analisar a linguagem como constructo social, isto é, produto das relações humanas. Possui como fundamento teórico o materialismo histórico-dialético proposto por Marx e Engels, inaugurando um novo modo de olhar para a linguagem, divergindo das correntes idealistas e estruturalistas, ao pensar que as condições materiais de existência determinam os meios de produção e reprodução de todas as práticas humanas, dentre elas, a própria linguagem. É dessa forma que AD elege como seu objeto de análise, não o texto ou alíngua, mas o *discurso*. Orlandi (2009, p. 17), introdutora da Análise de Discurso no Brasil,

define que “o discurso é o lugar em que se pode observar a relação entre a língua e ideologia e como a língua produz sentidos por/para os sujeitos”.

Sendo assim, tendo o discurso como material analítico, a AD busca compreender como ocorrem determinados funcionamentos discursivos, a que servem determinados dizeres e quais efeitos de sentidos são produzidos por um discurso. Procura, dessa forma, entender a língua enquanto prática discursiva, sendo considerada, segundo Orlandi (2007, p. 23), uma disciplina de “entremeio”, pois sua posição é de diálogo com outras áreas, como a Linguística, a História e as Ciências Sociais.

Através dessa conjuntura, podemos perceber que a AD, diferentemente de outros campos teóricos da linguagem, procura na *exterioridade* da língua a explicação para o funcionamento de um sentido, pois entende que essa exterioridade é constitutiva do próprio sentido. Sendo assim, o sentido não estaria vinculado a boas normas de comunicação, como uso correto da sintaxe e pontuação, também não estaria preso à semântica ou à estrutura linguística, mas estaria vinculado a fatores externos à língua que a determinam, constituem. Em razão disso, a AD procura analisar o contexto em que são proferidos os dizeres, mas não considera apenas o contexto imediato, procura fazer uma retomada um pouco maior, ao explorar as condições de produção, que incluem investigar os sujeitos do discurso, o trabalho da memória, do interdiscurso e da ideologia.

Ideologia aqui é tomada no sentido que Althusser (1996, p. 123) recupera de Marx, quando ao pensar o funcionamento dos Aparelhos Ideológicos do Estado, define-a como “um sistema de idéias e representações que dominam a mente de um homem ou de um grupo social”. Ao pensar na reprodução dos meios de produção, Althusser vê na ideologia um importante papel na perpetuação do estado das relações de produção. Nesse sentido, o autor (1996, p. 124) menciona a existência de diversas ideologias particulares, as ideologias que surgem na história das formações sociais, mas ressalta a existência também de uma ideologia geral, a-histórica e, por isso, eterna, de tal forma que todos os indivíduos, independente da época que viveram ou que viverão, serão tomados pelo trabalho ideológico. A partir disso, Althusser (1996, p. 131) argumenta que “a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos”.

Sendo a ideologia e a exterioridade campos privilegiados no estudo da AD é fácil imaginar a sua preocupação com a política e com o político. Isso nos reporta ao início da AD, quando Pêcheux publica a obra *Análise Automática do Discurso* em 1969 (AAD-69), no qual ensejava elaborar um meio computacional através do qual fosse possível analisar objetivamente os discursos, em especial, os políticos. Ainda que Pêcheux tenha mudado de posição em publicações posteriores, admitindo ser impossível tratar do texto com

objetividade/neutralidade, uma vez que todo gesto de leitura é ideológico, os discursos políticos permaneceram como objetos de análise caros à AD. Este trabalho, portanto, se une a tantos outros que colocam o discurso político como núcleo da análise discursiva, uma vez que objetivamos analisar sequências discursivas de falas do presidente do país.

Tendo situado a AD como base e fundamento norteador deste trabalho, comprometemo-nos com seu procedimento metodológico, totalmente implicado num modo de compreender o material de análise como ponto de partida, a práxis, para se chegar a uma reflexão sobre o funcionamento do discurso ancorado num batimento entre teoria e prática. Como este procedimento metodológico não está definido *a priori*, não é dado de antemão para o qual a língua viria confirmá-lo, é necessário explicarmos que gesto de interpretação imprimimos neste caminho de olhar para a materialidade discursiva e dela ter consequências teórico-analíticas dos efeitos do discurso sobre o negacionismo.

A AD, diferentemente de outras áreas do campo científico, não possui uma metodologia *a priori*. Isto não implica dizer que a AD não possui qualquer método de análise, mas que ela não possui balizas fixas e exatas para quaisquer materialidades discursivas. O processo de análise envolve a materialidade de análise, o recorte adotado pelo analista, a interpretação realizada por ele, os elementos que comporão o arquivo, entre outros. Dada a possibilidade de variação na construção do percurso metodológico, entendemos que se torna ainda mais necessária uma descrição acerca dos procedimentos metodológicos adotados, razão esta pela qual escrevemos esta seção.

Tomemos, por princípio, a materialidade discursiva, base de análise deste trabalho. Escolhemos para compor o *corpus* empírico o traremos aqui enquanto sequências discursivas (SD) de falas emitidas pelo presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, no período de janeiro a dezembro de 2020, nas quais se pronuncia acerca da pandemia de Covid-19. Entendemos que as falas do presidente não se configuram como falas quaisquer, uma vez que expressam tomada de posição de um governo, o que acarreta práticas e políticas públicas que afetam a população como um todo. Além disso, estes dizeres podem influenciar milhares de pessoas, uma vez que provêm de um lugar discursivo muito particular com alto poder de difusão.

Segundo Grigoletto (2007, p. 4), “o lugar discursivo que se materializa no discurso é determinado pelo lugar social”. Isto é, o lugar que um sujeito ocupa também funciona como uma condição de produção do discurso, uma vez que delimita, norteia o que pode ou deve ser dito ao ocupar aquela determinada posição. O lugar discursivo, no caso de presidente, também orienta e condiciona as falas produzidas por Bolsonaro, uma vez que

existe uma memória discursiva sobre esse lugar que delimita o que deve ou não ser dito dentro desse lugar discursivo.

A escolha por analisar as falas do presidente também remete a um propósito e uma característica particular da AD que a filia aos seus estudos iniciais na França do final da década de 60: a de priorizar a análise dos discursos políticos (PÊCHEUX, 2009, p. 22).

Na coleta dessa materialidade discursiva, buscamos selecionar falas nas quais o presidente mencionava a pandemia ou as ações de enfrentamento à crise sanitária que seriam tomadas pelo governo federal. Nesse processo, vimos que seria necessário delimitar um período específico. Recolher todas as falas relacionadas à pandemia seria algo da ordem do impossível, haja vista que, além da questão do número inalcançável de análises que seriam necessárias, ainda estávamos em meio à pandemia e dizeres tais como os que buscamos ainda estavam sendo produzidos todos os dias. Por esta razão, definimos janeiro a dezembro do ano de 2020 como período de coleta, em razão de que este momento foi aquele em que as tomadas de decisão de combate ao coronavírus mais se fizeram urgentes e necessárias.

Estabelecido o recorte temporal, ativemo-nos na recolha das materialidades. Buscamos pelas falas do presidente, principalmente, em suportes eletrônicos, tais como sites da internet, jornais e revistas digitais. Priorizamos aquelas falas que poderiam ser obtidas em vídeo, uma vez que, nesses suportes, a possibilidade de adulteração daquilo que é dito é menor do que se comparado às falas retiradas de jornais que, ainda que devidamente marcadas entre aspas (“”) podem ter seu sentido modalizado e relativizado. Mesmo que isso também possa acontecer com o audiovisual, através de recortes e edições, este suporte nos assegura, além da fala, outros fatores constituintes da transmissão da mensagem tais como: tom de voz, postura corporal, expressão facial, gesticulação, entre outros.

Os enunciados recolhidos foram elencados em categorias organizados em razão da ocorrência de movimentos parafrásticos, isto é, da ordem de uma repetibilidade de sentidos, ainda que todos tivessem um mesmo efeito: negar a pandemia.

Posto isso, os enunciados foram assim divididos:

- a) Enunciados que produzem efetivamente uma negação, seja na forma em que se tornam visíveis os advérbios de negação (não, nunca, jamais), seja na ocorrência de outras formas de negação discursiva.
- b) Enunciados que, repetidamente, evocam sentidos de fatalidade para explicar a crise sanitária.

- c) Enunciados que, repetidamente, evocam sentidos de individualização da morte, com vistas a atribuir aos indivíduos a responsabilidade sobre sua própria saúde em meio a uma pandemia.
- d) Enunciados que, repetidamente, ao se referirem à situação pandêmica funcionam na manutenção da figura de mito, esta criada durante a corrida presidencial de 2018.

Enquanto analisávamos os enunciados pertinentes a estas categorias, com vistas a entender o funcionamento que permeava tais dizeres, vimos que as palavras *povo* e *economia* os atravessavam, de modo que também receberam nossa atenção na análise.

Tendo explicado de que forma recolhemos e agrupamos as materialidades discursivas, apresentaremos o que obtivemos como resultados no exercício de nossa pesquisa teórica. É o que se verá a seguir.

3 VELHOS E NOVOS NEGACIONISMOS

Buscando apurar nosso objeto de pesquisa, *o discurso negacionista*, procuramos, de início, amparo na história. Isso se justifica por pelo menos dois motivos: primeiro, porque procuramos encontrar o que já foi definido como negacionismo, buscando aí alguma regularidade que nos ajude na definição desse conceito; segundo, porque entendemos que, segundo Indursky (2013, p. 93), um discurso está sempre atravessado pelo interdiscurso, pela memória e pela repetição, de forma que, se existe um discurso negacionista hoje, este pode ter ressonância com outros momentos históricos.

O negacionismo, segundo o *sensu comum*, possui como característica central a negação e a desacreditação de fatos consensuais. É um termo que embora esteja escrito no singular, deve ser entendido como plural, uma vez que pode se referir a muitas coisas. Rathsam (2021), editora e roteirista, menciona a existência de diferentes negacionismos. A autora lista alguns como o neonazismo, empreendido na negação do holocausto; o criacionismo, que refuta a teoria da evolução e a hipótese do *Big Bang*; e o terraplanismo, que refuta a ideia de a Terra é um globo. Duarte e César (2020, p. 9), professores de filosofia da UFPR, mencionam a existência de outras práticas negacionistas, como a refutação das consequências do tabaco à saúde e o negacionismo climático.

Haja vista a pluralidade de negacionismos, concentramo-nos em investigar aqueles que se deram em situações próximas do momento atual, de crise sanitária e de saúde pública. O resultado dessa breve investida histórica é o que se encontrará nos dois subitens seguintes.

3.1 UMA OUTRA PANDEMIA: A GRIPE ESPANHOLA EM 1918

Quando pensamos em buscar historicamente outras crises sanitárias de caráter pandêmico, rapidamente nos deparamos com a gripe espanhola, uma das maiores pandemias do século XX.

O ano de 1918 já ficaria marcado na história: era o fim do maior conflito bélico do mundo, até então. Encerrava-se a Primeira Guerra Mundial. Mas aquele ano também ficaria marcado como sendo data em que se iniciava “a maior e mais devastadora das doenças que grassaram no século XX – infect[ando] mais de seiscentos milhões e vitim[ando] entre vinte e quarenta milhões de pessoas em todo o mundo” (SOUZA, 2008, p. 945).

De caráter viral, a *influenza*² do início dos anos 1920 se propagaria atingindo grande parte do globo. De acordo com Ujvari (2020, p. 259), “cerca de um quinto da população mundial foi acometido pela doença, com uma taxa de mortalidade ao redor de 0,5% a 1,2%, o que significou a morte de 22 milhões de pessoas³”.

A gripe espanhola, como assim ficou designada e reconhecida mundialmente, indicava erroneamente a procedência da doença, subscrita no adjetivo pátrio. Esse problema de nomenclatura nos ajuda a entender um pouco sobre como os países lidaram com essa emergência sanitária naquele determinado período.

Conforme Ujvari (2020, p. 258-259), o vírus, potencialmente advindo de aves, teria emergido inicialmente em Haskell, uma cidade de pouco mais de 1.700 habitantes do interior do Kansas, Estados Unidos. A doença, de rápida disseminação, espalhou-se facilmente pelos arredores da cidade e teria alcançado um acampamento militar (cerca de 300km de distância), de onde partiram tropas para lutar na Europa na Primeira Grande Guerra. O autor destaca a especulação de que o vírus teria se originado na China. Já Souza (2008, p. 952) reafirma a origem da doença em Kansas, nos Estados Unidos.

Independentemente de sua origem, se chinesa ou estadunidense, ambos os autores convergem: a gripe não era espanhola. A nomeação, no entanto, derivou da situação político-social presente na Europa, naquela época. Ao final do ano de 1918, vários países europeus já conviviam com a doença, que, de acordo com Goulart (2005, p. 102), teve grande parte de sua transmissão assegurada por soldados, que migravam internamente pelo continente em batalha, dispersando o vírus, tanto que, a princípio, a doença também foi chamada de *febre das trincheiras*.

Conforme Ujvari (2020, p. 259), muitos países, como Alemanha, França e Inglaterra, já tinham conhecimento da epidemia em suas tropas. Todavia, ninguém assumiria a

² Os italianos convencionaram denominar a gripe como *influenza*, pois acreditavam que as doenças comuns do frio aconteciam pela *influenza* dos ventos gelados, vindo daí a denominação que perdura até hoje. (UJVARI, 2020, p. 257).

³ Conforme Ujvari (2020, p. 260) e Goulart (2005, p. 136), não há consenso em relação ao número de óbitos decorrentes da Gripe Espanhola. Alguns pesquisadores mais pessimistas calculam entre cerca de 50 a 100 milhões de mortos.

existência da doença, fato que sugeriria enfraquecimento dos exércitos e elevação da moral dos inimigos.

A Espanha, então ausente na Guerra, divulgava os problemas que passava com aquela doença nova. Até mesmo o rei Alfonso XIII adoecera. Goulart (2005, p. 102) afirma que, como a Espanha não fazia segredo dos estragos feitos pela pandemia, acabou-lhe ficando a alcunha de ser a origem do vírus.

Enquanto os interesses imperialistas predominavam, a Europa contabilizava muda as vítimas da gripe. De acordo com Ujvari (2020, p. 262):

A taxa de mortalidade atingiu o pico no mês de outubro de 1918 em todo hemisfério norte- os americanos internaram cerca de 45 mil homens nos hospitais de guerra e 10% deles morreram. Os alemães perderam 225 mil pessoas. A cidade de Damasco teve dificuldade de resistir aos ataques dos aliados em razão do estado de saúde dos turcos acometidos pela gripe. Na Itália, a doença matou 375 mil habitantes, com a cidade de Turim computando 400 mortes por dia. Paris contou com 5 mil mortos por semana; na Inglaterra, o número de óbitos foi de 228 mil.

No transcorrer dos meses, a gripe foi se difundindo e alcançando países de todos os continentes. Chegaria ao Brasil ainda em 1918. Segundo Ujvari (2020, p. 264), o vírus foi tratado com desdém pelas autoridades, sendo considerada a doença como mais uma gripe de “limpa velhos”, isto é, que só acometeria idosos. Enquanto as ações do governo para conter a epidemia fracassavam, a população buscava a cura em substâncias ditas milagrosas e chás de todo o tipo, com destaque especial para o quinino: precursor da hidroxicloroquina.

Ao observarmos o contexto da pandemia de gripe espanhola em 1918, podemos observar algumas marcas de um negacionismo que atuou, não produzindo diretamente práticas discursivas de negação, mas agindo de forma negligente para com a população em meio à crise sanitária, além de suprimir dados e informações de saúde pública, que seriam do interesse de todos.

No caso especial do Brasil, vemos marcas de uma regularidade e uma repetibilidade que também ocorrem na crise sanitária da Covid-19: o menosprezo da gravidade da doença; a ilusão de que a doença acometerá apenas idosos; e a busca desmedida por uma substância milagrosa que resolva o problema.

Estes indicativos já nos suscitam algumas reflexões: poderiam ser consideradas essas negligências dos Estados parte de um discurso negacionista? Estas primeiras descobertas já nos colocam em atenção para pensarmos como um negacionismo pode funcionar em outras práticas para além do campo discursivo.

3.2 UM CASO BRASILEIRO: A EPIDEMIA DE MENINGITE EM 1970

Após realizarmos uma busca sobre o negacionismo em outros períodos históricos, em âmbito mundial, colocamo-nos a investigar problemas específicos de saúde pública no Brasil. Embora o país tenha sido alvo de algumas pandemias que incorreram por todo o mundo, tais como a própria gripe espanhola (1918-1920), um caso particular chamou nossa atenção: a epidemia de meningite ocorrida em meados da década de 70.

A meningite meningocócica, causada por bactérias, tem como sintoma principal a inflamação das meninges⁴, descrita pela primeira vez em 1805 na Suíça, conforme atestam Barata e Moraes (2015, p. 71). A meningite já possuía inúmeras passagens pelo território brasileiro, em diferentes épocas ao longo da história⁵, quando deflagrou a epidemia no estado de São Paulo em 1970.

O surto de meningite teria se iniciado a partir do distrito de Santo Amaro, centro-sul da cidade de São Paulo, e afetou, sobretudo, a população carente que vivia em locais sem estrutura e saneamento básico adequados. De acordo com as pesquisas de Barata e Moraes (2015, p. 83), o grande crescimento urbano da época, dado em pouco espaço de tempo, ligado aos processos de urbanização e industrialização da cidade, contribuiu para a proliferação da doença. Ainda para os autores (2015, p. 84), a doença propagou-se muito rapidamente, com taxas de incidência da doença aumentando exponencialmente, principalmente nos primeiros anos da epidemia, isto é, entre 1971 e 1973.

De acordo com os autores (2015, p.84), embora o governo soubesse da existência da epidemia de meningite no país, buscava-se frear o impacto negativo que isso traria à imagem da nação. Segundo eles: “As autoridades sanitárias [estavam] mais preocupadas em esconder a existência da epidemia do que buscar controlá-la” (BARATA; MORES, 2015, p. 84).

É importante assinalar que nesse período, no início do *milagre econômico*, o país passava pelo governo Médici (1969-1974), auge repressivo da Ditadura Militar instaurada em 1964. Assim sendo, foram amplamente utilizados mecanismos de censura e repressão por parte do governo, a fim de cercear a divulgação de dados sobre o progresso da epidemia no

⁴ As meninges são membranas que envolvem o cérebro, que, quando inflamadas, causam dor, febre, rigidez na nuca e mal-estar. As crianças são as maiores vítimas dessa doença, que pode provocar sequelas irreversíveis e, inclusive, levar à morte, conforme afirma Schneider (2016, p. 88).

⁵ Barata e Moraes (2015, p. 71) afirmam que a primeira menção a um caso de meningite cérebro-espinhal no Brasil data de 1842.

país. Conforme Barata (1988, p. 9), isso se deu porque “a doença foi considerada questão de segurança nacional”. Nesse âmbito, tornaram-se ferramentas fundamentais para o controle da informação: a Lei de Imprensa e a Lei de Segurança Nacional, ambas criadas em 1967, durante o governo Castelo Branco, e, também, o Decreto-Lei nº 1.077, de 1970, que instituiu a censura prévia dos meios de comunicação.

Conforme nos explica Lima (2020, p. 318), a censura exercida contra a imprensa se dava principalmente de dois modos: a instalação de censores enviados pela Polícia Federal nas redações dos jornais e revistas, a fim de observar o que pretendia ser publicado; ou, o envio à Divisão de Censura da Polícia Federal daquilo que se intencionava divulgar. Ademais, havia também muitos jornais que optavam pela autocensura, com objetivo de evitar a perda de patrocinadores, além da retaliação e perseguição governamentais.

O silenciamento sobre a epidemia duraria até 1974, quando não foi mais possível conter suas consequências. Segundo Schneider (2016, p.100), a superlotação do Hospital Emílio Ribas em São Paulo foi o estopim para o início da divulgação dos dados. Segundo a autora, o hospital, único a tratar da meningite, recebera naquele ano 4 vezes mais pacientes do que sua própria capacidade. Como não se admitia a existência de um epidemia até então, a instituição não possuía nem medicamentos, nem a quantidade de funcionários adequada para o enfrentamento da doença. Frente ao iminente colapso na saúde pública, o governo teve de reconhecer que havia uma epidemia em curso no país.

Para Barata e Moraes (2015, p. 88), “a magnitude assumida pela epidemia a partir do inverno de 1974 [...] impediu que as autoridades continuassem negando sua existência”. Com o clima mais ameno, a propagação tornou-se bastante ampla e começou a atingir outras áreas da cidade, inclusive mais abastadas. Barata (1988, p. 56) é categórica em dizer:

A palavra epidemia não chegava à população. Ela não existia no vocabulário das autoridades. Eles tratavam-na como ondas epidêmicas. Porém, ao atingir a população mais abastada financeiramente, a pressão cresceu. As reportagens – sempre em off – intensificaram-se à medida que a doença ia se aproximando da classe média e da elite. Ou seja, enquanto a doença era de pobre, não tinha quase importância. Só ganhou mais espaço na mídia quando atingiu a população com maior poder de pressão.

Dado o novo contexto, acresce-se o fato da mudança de general-presidente, fator que também contribuía para a tomada de uma nova iniciativa no enfrentamento à meningite.

Ernesto Geisel, candidato da ARENA⁶, venceu as eleições parlamentares contra Ulysses Guimarães, do MDB⁷, e assumiu como presidente da república em janeiro daquele ano.

Bernardo (2020) traz um parecer sobre a situação da meningite no país, quando da abertura das informações:

Em 1974, quando a verdade veio à tona, pelo menos sete Estados totalizavam 67 mil casos – 40 mil deles só em São Paulo. A população, quando soube da epidemia, entrou em pânico. Com medo da propagação da doença, as pessoas evitavam passar na frente do [hospital] Emílio Ribas. De dentro de carros e ônibus, fechavam suas janelas. Na falta de remédios e de vacinas, recorriam a panaceias milagrosas, como a cânfora. (BERNARDO, 2020).

Conforme podemos ver nas palavras do autor, a ausência de informações contribuiu para a propagação da doença, principalmente pela falta de orientação dada à população, sobre sintomas e métodos de prevenção à meningite. Isso fomentou o obscurantismo, a propagação de informações de teor duvidoso e, por consequência, o pânico entre as pessoas. Schneider (2016, p. 99-100) acresce:

Assim, se tivesse havido a informação da doença, não haveria tantas mortes na época e talvez não chegasse a virar uma epidemia. O silêncio impediu que medidas adequadas fossem adotadas no momento do surgimento da doença, como medidas preventivas, vacinações, informações para não gerar o pânico na população, entre outros fatores.

É a partir do governo Geisel (1974-1979) que, segundo Lima (2020, p. 319), criou-se “a Comissão Nacional de Controle da Meningite, encarregada de traçar a política de vigilância epidemiológica e organizar uma campanha de esclarecimento”. Conforme Barata e Moraes (2015, p. 88), em outubro de 1974, o governo anunciaria a intenção de adquirir doses e promover uma ampla campanha de vacinação.

Como a meningite era uma doença para a qual já existia vacina, isso tornava ainda maior necessidade da supressão dos fatos. Afinal, como um país que se predizia “potência” poderia deixar-se acometer de uma epidemia de uma doença de fácil prevenção?

Conforme Lima (2020, p. 320), o Brasil não possuía doses suficientes na época em razão de que alguns pesquisadores da fundação Oswaldo Cruz, responsáveis pelas vacinas, haviam sido cassados durante a repressão.

⁶ A Aliança Renovadora Nacional (ARENA) foi um partido de apoio ao governo dos militares, criado em 1966, em razão da adoção do bipartidarismo como sistema eleitoral, assim decretado pelo Ato Institucional nº 2.

⁷ O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) era o único partido de oposição consentido na época.

Encaminhando-se para algum desfecho, dá-se a criação da Campanha Nacional de Vacinação Contra a Meningite Meningocócica em 1975, a CAMEM. Em março, importam-se 80 milhões de doses a um custo de 40 milhões de dólares, e o Brasil realiza em São Paulo uma das maiores vacinações do mundo. Segundo Lima (2020, p. 320), 10 milhões de pessoas foram imunizadas em quatro dias.

Pensar esses acontecimentos passados no Brasil, nos colocam a questionar e a refletir sobre nossa própria história e o nosso modo de lidar, enquanto país, com problemas coletivos e crises de diferentes tipos. Ler o passado é uma das formas pelas quais podemos buscar entender o presente.

Em AD, sabemos o quanto a memória faz-se importante na formação discursiva e sabemos ainda, como a memória e a história dividem-se através de uma linha tênue. Esses movimentos, em alguma medida similares ao negacionismo de hoje, fizeram-se presentes em algum momento na história. Produziram práticas discursivas, contribuíram para a criação e/ou manutenção de determinadas formações imaginárias, fomentaram um interdiscurso sempre disponível e pronto para articular no intradiscurso, novos dizeres, ainda que não tão novos assim.

Conforme Orlandi (2008, p. 18), o discurso “deve ser compreendido como resultando de processos discursivos sedimentados”. Sendo assim, os discursos são afetados ideológica e historicamente por outros. Razão esta que nos coloca a estudar acerca desses outros momentos em que o negacionismo se fez presente. Ademais, refletir sobre esses outros momentos históricos nos põe a perguntar: Por que razão nações negam a existência de pestes e doenças perante seus cidadãos? Há alguma semelhança entre os períodos mencionados e a atualidade? E ainda, a que interesses o negacionismo atende? São os mesmos ontem e hoje?

4 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO QUE NEGA A PANDEMIA

A exterioridade é parte constitutiva do discurso. A formulação do sentido, a identificação ou não com determinada formação discursiva é resultado da interpelação ideológica, e a ideologia, como afirma Althusser (1996, p. 128), “tem uma existência material”. Sendo assim, como cabe ao analista observar regularidades discursivas, é preciso que se atente às condições materiais de produção, pois estas constituem o funcionamento discursivo.

Diferentemente de outras teorias acerca da linguagem, as quais postulam ser o indivíduo origem do seu próprio dizer e dotado de intencionalidade, para a AD, o sujeito não possui total poder sobre sua própria fala, uma vez que também ele é um produto ideológico, sob domínio impositivo das condições históricas e materiais.

Em razão disso, para além do contexto imediato, entendido, segundo Orlandi (2005, p. 30) como as circunstâncias das enunciações, as condições de produção também abarcam o contexto amplo, incluído aí as determinações sócio-históricas e ideológicas.

Considerando a importância desse elemento, as condições de produção, para a prática de análise, buscaremos fazer um recorte da situação histórica, política, social e econômica do Brasil, quando o país é atingido pela pandemia. Todavia, no decorrer de nossa pesquisa, achamos oportuno trazer outros fatos, historicamente anteriores, que melhor definirão o aspecto político, social e ideológico que circundam os dizeres aqui analisados. Entendemos que as mudanças políticas próprias da contemporaneidade brasileira tiveram papel crucial na tomada de decisão de determinadas políticas públicas e na circulação de determinados dizeres. Por conta disso, reportar-nos-emos a 2016, o ano do golpe⁸ da presidenta Dilma Rousseff.

No dia 12 de maio de 2016, terminavam os 14 anos do Partido dos Trabalhadores (PT) à frente do poder executivo federal. Após 8 anos de governo Lula e 6 de Dilma Rousseff, a presidenta sofreria um processo de *impeachment*, dando fim à governabilidade do partido que, conforme Indursky (2019, p. 35), foi responsável “pela implementação de uma série de projetos sociais referentes à educação, à moradia, a políticas de emprego bem como programas de transferência de renda”.

⁸ Daltoé e Marques (2017), bem como Silva-Sobrinho (2019) corroboram com a afirmativa de Löwy (2016, p. 64) de que o *impeachment* sofrido pela presidente Dilma Rousseff foi um golpe de Estado.

O processo de *impeachment* teve início em 2 de dezembro de 2015, após a aceitação, na Câmara dos Deputados, à época representada por Eduardo Cunha, da denúncia de crime de responsabilidade fiscal. Durante todo seu desenrolar, recebeu importante enfoque midiático, principalmente no dia de votação da abertura do processo no ano seguinte. Conforme nos ilustram Daltoé e Marques (2017, p. 62): “Não foi um domingo qualquer o 17 de abril. Em rede nacional, estivemos expostos à espetacularização do processo de votação, que, para além do sim/não do parlamento, transformou-se num grande espaço de embate político-partidário e acerto de contas”.

Os votos favoráveis à abertura do *impeachment* eram justificados, parafraseando uns aos outros, ao mencionarem, exaustivamente, como apontam Daltoé e Marques (2017, p. 62): “Deus, a família e a moral”. Dentre os votos, um dos que mais chamou a atenção, segundo as autoras (2017, p. 62), foi do então deputado Jair Bolsonaro que, além de compartilhar a já repetida justificativa, mencionou e reverenciou Carlos Brilhante Ustra, militar acusado de torturar a própria presidenta Dilma Rousseff no período da Ditadura Militar.

Por meio das justificativas contra a presidenta, pôde-se perceber que o crime de responsabilidade, razão da abertura do processo, passaria longe na temática da discussão.

Pelos votos dos parlamentares, era necessário salvar o Brasil do grande mal representado pela esquerda na última década; silenciando, desse modo, o fato de que se tratava uma artimanha jurídica de uma elite que almeja novamente o lugar de protagonista na cena política brasileira. (DALTOÉ; MARQUES, 2017, p. 62).

Sendo assim, o *impeachment* não correspondia apenas a um processo jurídico-burocrático em razão de uma falta cometida. Foi um ato político-partidário. Com 367 votos favoráveis a 137 contrários, o processo teve início e em maio de 2016, Michel Temer (PMDB), vice-presidente, assumiu interinamente o comando do país. Após a tramitação do processo de *impeachment* em 31 de agosto de 2016, Dilma Rousseff perderia definitivamente o cargo de presidenta da república. Dessa forma, Temer assumiria a presidência até 1º de janeiro de 2019, quando passaria a faixa ao próximo presidente eleito.

Seu governo, tomado de controvérsias, logo mostraria, por meio de práticas e ações o que, de fato, representava. Afinal, como nos lembra Althusser (1996, p. 131): “Não existe prática, a não ser através de uma ideologia e dentro dela”.

Na primeira medida provisória, ainda interinamente, justificando a necessidade de cortar gastos públicos, Temer reduziu de 32 para 23 o número de ministérios do governo.

Ficaram extintos, a título de exemplo: o Ministério da Cultura; o Ministério das Comunicações e o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos⁹.

Ademais, sua gestão ficaria marcada por políticas econômicas e cortes de gastos. Em fins de 2016, houve a apresentação e aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC 55), que propunha um teto dos gastos públicos por 20 de anos, provocando um “congelamento” das despesas do Governo Federal durante o período¹⁰. Por essas razões, a PEC adquiriu outras nomenclaturas como PEC do Congelamento, PEC do Teto e PEC da Morte.

Ainda no mesmo ano, o governo Temer apresentou o projeto de lei à Câmara que daria origem à chamada Reforma Trabalhista aprovada em 2017. Alterando mais de cem pontos da CLT, a Reforma garantiu a chamada flexibilização¹¹ das normas trabalhistas. Entre as principais alterações, houve a prevalência de acordos entre patrões e empregados sobre a própria legislação trabalhista; jornadas de trabalho flexíveis; possibilidade de trabalho intermitente, e a cobrança sindical tornou-se opcional¹².

O economista Wilson Amorim (2020, p. 374) relata que:

Com a ativa participação das confederações patronais (Confederação Nacional da Indústria [CNI]; TEM, Federação do Comércio de São Paulo [Fecomércio]) e o apoio da cúpula de momento da Justiça do Trabalho, a reforma trabalhista foi elaborada e aprovada no parlamento, sem chance de resistência. Seu sentido geral era de flexibilização e redução de custos para a contratação do trabalho. [...] Até então, a institucionalidade de proteção incompleta, que, embora tolerasse a informalidade, ainda regulava direitos de um núcleo do mercado de trabalho, foi mitigada. A perspectiva de que uma relação de trabalho acontece, como em uma relação comercial comum, entre atores potencialmente iguais passou a prevalecer na lei.

Sendo assim, podemos perceber que após a retirada do Partido dos Trabalhadores do governo federal, a direita tratou de realizar uma incisiva na retomada do poder, alterando

⁹ Além destes citados, foram extintos também: a Casa Militar da Presidência República; a Controladoria-Geral da União (CGU); o Ministério do Desenvolvimento Agrário; e as Secretarias de Aviação Civil, de Comunicação Social e de Portos. Conforme informações retiradas da Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/487882-medida-provisoria-fecha-em-23-numero-de-ministerios-do-governo-temer/>. Acesso em: 30 out. 2021.

¹⁰ Dados obtidos no site El País. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/10/politica/1476125574_221053.html. Acesso em: 30 out. 2021

¹¹ Há controvérsias sobre o uso do termo “flexibilização”, no que se refere à Reforma Trabalhista. Flexibilização foi o termo adotado pelo Governo e repetido pelos principais portais de notícias, como Istoé, Uol e Exame. Todavia, alguns autores e alguns veículos de informação como Carta Capital usam o termo “precarização” para melhor definir as alterações apresentadas e implementadas em 2017.

¹² Conforme informações retiradas do site Senado Notícias. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/05/02/aprovada-em-2017-reforma-trabalhista-alterou-regras-para-flexibilizar-o-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 01 nov. 2021.

legislações, reescrevendo direitos trabalhistas, alegando, em sua defesa, a necessidade de medidas para a retomada econômica e o saneamento do alto índice de desemprego. Considerando que “a história de todas as sociedades até agora tem sido a história da luta de classes” (MARX; ENGELS, p. 10), podemos ver que esse contexto particular da Reforma Trabalhista ilustra bem em que condições se encontrava o estado da luta de classes no Brasil em 2017, em que se iniciava uma nova incisiva frente aos direitos dos trabalhadores.

Em razão da implantação dessas reformas enquanto esteve a cargo de presidente do Brasil, Temer obteve altos índices de impopularidade, sendo considerado ruim ou péssimo para 82% da população¹³ em 2018, quando já do término de seu mandato. Foi a maior rejeição de um presidente desde a redemocratização do país.

Conforme Silva Sobrinho (2019, p. 64):

As ‘medidas amargas’ foram sendo postas para ‘salvar o Brasil’, leia-se, para salvaguardar o mercado, gerenciar a crise e manter intacta a exploração dos trabalhadores pela classe capitalista. Está aí o Estado capitalista a fazer valer os interesses do capital, pois que se baseia na propriedade privada, na lógica da mercadoria, na maximização do lucro e, sobretudo, na exploração da força de trabalho.

Ainda no rol das reformas, o governo Temer propôs uma reforma previdenciária. Porém, sem adesão no parlamento, Temer retiraria a proposta em 2018. Todavia, num balanço geral, em pouco mais de dois anos, Temer conseguiu promover reformas substanciais, ao gosto dos grandes detentores do capital, nos setores relacionados à economia e ao mundo do trabalho, o que já assinalava um avanço na implantação de práticas neoliberais no país.

Embora tenha cogitado sua candidatura à presidência nas eleições de 2018, a baixa popularidade e as investigações de corrupção envolvendo seu nome, fizeram Temer desistir da disputa. Além disso, conforme ele próprio afirmou, sentia que terminava “vitorioso”¹⁴ o seu mandato.

Nas eleições presidenciais de 2018, que se seguiram sem Temer, foram para o segundo turno: o deputado federal Jair Bolsonaro (PSL), juntamente com seu vice General Hamilton Mourão (PRTB), contra a chapa de Fernando Haddad (PT) e Manuela D’Ávilla (PCdoB).

¹³ Conforme dados do Datafolha divulgados pela Revista Exame. Disponível em: <https://exame.com/brasil/com-82-de-rejeicao-temer-se-torna-presidente-mais-impopular-da-historia/>. Acesso em: 03 nov. 2021.

¹⁴ Informações retiradas do site Revista Exame. Disponível em: <https://exame.com/brasil/no-fim-do-mandato-temer-diz-que-seu-governo-termina-vitorioso/>. Acesso em: 11 jan. 2022.

A disputa eleitoral, extremamente polarizada, foi repleta de acusações, *fakenews*, debates irrealizáveis e acontecimentos fatídicos que desenharam o desfecho do pleito. Em 1º de setembro, por exemplo, cerca de um mês antes das eleições, o TSE decidiu que Lula, então candidato do PT e líder nas pesquisas de intenção de voto, não poderia disputar as eleições presidenciais, tendo em vista o processo que respondia pelo caso do triplex do Guarujá¹⁵. Pela mesma decisão, em 10 dias, o PT teve de apresentar a disposição de uma nova chapa, fator que afetou sobremaneira as chances de eleição para os representantes do partido.

Em 6 de setembro, o candidato do PSL, Jair Bolsonaro, sofreu um atentado durante um comício em Minas Gerais. Um homem, portando uma faca, desferiu-lhe um golpe no abdômen¹⁶. Em razão do atentado, passou por cirurgias e manteve-se afastado de alguns debates. O ocorrido seria utilizado politicamente até a exaustão pelo próprio candidato, seus filhos e partidários, que afirmavam tratar-se de um crime político orquestrado pela oposição.

Nas promessas de Bolsonaro e Mourão, que se elegeram com 55% dos votos válidos do segundo turno (MAZUI, 2018) constavam, por exemplo: a) reduzir o tempo de liberação do licenciamento ambiental; b) titularizar terras indígenas e permitir exploração e venda; c) privatizar e extinguir ao menos 50 estatais; d) tipificar como terrorismo a invasão a propriedade privada; e) garantir excludente de ilicitude a policiais em exercício, f) reduzir a maioria penal¹⁷. Através de algumas de suas propostas, é possível conjecturar a que interesses a chapa do capitão e do general atendiam.

Não foi preciso muito tempo para que pusessem em prática algumas destas medidas. O enxugamento da máquina pública veio rápido. Antes mesmo da posse, Onyx Lorenzoni, futuro ministro da Casa Civil, anunciou que o governo seria composto por 22 Ministérios. Em razão da aglutinação de algumas pastas, surgiram os “Superministérios”, dos quais os mais importantes viriam a ser: o Superministério da Economia e o Superministério da Justiça.

Pastas importantes foram incorporadas e, muitas vezes, esfaceladas entre dois ou mais ministérios. É o caso, por exemplo, do antigo Ministério do Trabalho, que foi extinto e anexado em partes pelos Superministérios da Economia, da Justiça e da Cidadania. O

¹⁵ De acordo com informações obtidas pela Redação Folha Vitória. Disponível em: <https://folhavitoria.com.br/politica/noticia/09/2018/tse-decide-que-lula-nao-pode-disputar-as-eleicoes-para-presidente-em-2018>. Acesso em: 11 jan. 2022.

¹⁶ Conforme informações da Folha de Parnaíba. Disponível em: <https://www.folhadeparnaiba.com.br/2018/09/bolsonaro-leva-facada-em-atentado.html>. Acesso em: 11 jan. 2022.

Ministério da Cultura também foi extinto e a pasta foi incorporada pela Cidadania e pelo Turismo. O Meio Ambiente permaneceu com status de Ministério, mas algumas competências do órgão como a regularização de propriedades rurais, a gestão de áreas de reserva/preservação e o licenciamento da pesca passaram para o Ministério da Agricultura¹⁸. Este, por sua vez, também ficou responsável pela demarcação de terras indígenas e quilombolas, antiga função da FUNAI. Dessa forma, o governou organizou as pastas que lhe eram caras: submetendo determinadas secretarias a diferentes setores, atribuindo assim, novos sentidos de existência dessas pastas. Uma secretaria de gestão de reservas como parte de um Ministério do Meio Ambiente certamente possui funções bastante distintas de uma gestão de reservas sob júdice do Ministério da Agricultura. Os interesses são distintos. E esses novos interesses que foram tomando força.

O Superministério da Justiça ficou a cargo de Sérgio Moro, ex-juiz membro da operação Lava-jato, que decretou a prisão de Lula quando nas eleições de 2018. Tornado símbolo da luta contra corrupção, Moro foi convidado por Bolsonaro para ser ministro, a fim de cumprir uma agenda anti-crime e anti-corrupção¹⁹. O “casamento” não durou muito tempo. Em abril de 2020, Moro pediu demissão do cargo, alegando que não tinha a autonomia que lhe fora prometida. Foi uma baixa dura na gestão do governo. Moro àquela altura era tido como herói nacional, que havia livrado a nação do mal da corrupção e do PT. Bolsonaro perdeu aliados e parte do seu eleitorado em razão disso.

Mas, se as coisas iam mal à Justiça, o mesmo não aconteceu no Superministério da Economia, que ficou sob os cuidados de Paulo Guedes. No seu discurso de posse, o economista e especulador financeiro elogiou as reformas feitas por Temer, como a PEC do Teto, reclamou do excesso de gastos públicos das gestões anteriores, prometeu fazer a reforma da Previdência, a reforma administrativa, uma série de privatizações e o enxugamento da máquina pública²⁰. Guedes teve êxito em grande parte do que prometeu. Conseguiu acabar com o monopólio da Petrobras na produção do gás natural, vendeu ativos

¹⁷ Conforme informações do site G1- Política. Disponível em: <https://especiais.g1.globo.com/politica/2019/as-promessas-de-bolsonaro/#/3-anos>. Acesso em: 17 jan. 2022.

¹⁸ Informações obtidas no site Época Negócios. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2019/01/bolsonaro-mantem-ministerio-do-meio-ambiente-mas-esvazia-pasta.html>. Acesso em 17 jan. 2022.

¹⁹ Conforme informações do site GGN. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/editoria/justica/bolsonaro-conversa-com-moro-para-que-assuma-o-ministerio-da-justica/>. Acesso em: 18 jan. 2022.

²⁰ O vídeo na íntegra pode ser encontrado no Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=teuU63QwhWE>. Acesso em: 18 jan. 2022.

da empresa, fez os preços da estatal seguirem o mercado internacional; conseguiu a venda de subsidiárias e passou a reforma da Previdência em 12 de novembro de 2019. Com as novas mudanças no sistema previdenciário, aumentou o tempo de contribuição, diminuiu-se o valor das aposentadorias e reescreveu-se a legislação acerca dos demais benefícios, como pensão por morte²¹. Entraram no cálculo o setor público e o setor privado. O serviço militar ficou de fora. A aprovação da reforma, dada em 12 de novembro de 2019, viria trazer um ganho importante ao governo de Bolsonaro, que encerrava assim seu primeiro ano de mandato.

Enquanto o governo comemorava seu “grande feito”²² em fins de 2019, os Estados Unidos e alguns países europeus eram, conforme Birman (2020, p. 55), avisados de uma potencial epidemia em curso na Ásia. No início de 2020, além dos países mencionados, conforme Uvjari (2020, p. 390), a Organização Mundial da Saúde- OMS já tinha recebido informações acerca de uma doença desconhecida que surgia, tendo como foco a cidade de Wuhan, na China.

Embora o vírus tenha sido rapidamente identificado, de acordo com Uvjari (2020, p. 391-392), a sua propagação foi mais veloz do que as forças científicas pudessem contê-la: em poucos dias cidades distantes de Wuhan já registravam casos do novo vírus.

Em questão de semanas, o Sars-Cov-2 já atingia diferentes países e, em 11 de março de 2020, a OMS declarou formalmente a existência de uma pandemia do novo coronavírus²³. No Brasil, o primeiro caso registrado, em 26 de fevereiro²⁴, foi de um homem que havia viajado à Itália, então epicentro da doença. Após alguns poucos casos vindos do exterior, a transmissão passou a ser comunitária, e o Brasil passou a integrar a lista de países atingidos pela pandemia.

À época, o primeiro Ministro da Saúde a enfrentar o comando da emergência sanitária foi Luiz Henrique Mandetta, médico ortopedista e deputado federal (DEM), que ocupava o cargo desde o início do governo em janeiro de 2019. Após uma sequência de concordâncias e divergências com o presidente acerca da tomada de posição ao enfrentamento

²¹Mais detalhes sobre as mudanças na Reforma da Previdência podem ser obtidos no site G1- Economia. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/11/12/saiba-o-que-muda-com-a-reforma-da-previdencia.ghtml>. Acesso em: 18 jan. 2022.

²² “Grande feito” aparece entre aspas, pois marca a visão da equipe de governo e dos apoiadores do presidente. Não seria considerado um “grande feito” por outros sujeitos vinculados a outras formações discursivas, como para os trabalhadores, por exemplo.

²³Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/11/oms-declara-pandemia-de-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 17 jun. 2021.

²⁴ Informações extraídas do site Sanarmed. Disponível em: <https://www.sanarmed.com/linha-do-tempo-do-coronavirus-no-brasil>. Acesso em: 25 jan. 2022.

à pandemia, Mandetta afirmou que conduziria a situação considerando evidências científicas. O ministro defendeu o isolamento social e a quarentena, mas não obteve autonomia para implantar tais práticas. Sendo assim, o STF decidiu pela autonomia dos estados e dos governadores para que pudessem implementar o *lockdown* no limite dos seus territórios²⁵, uma vez que o governo federal já dava mostras de exercer prevaricação frente à gestão da pandemia.

Para além da questão do isolamento social, Mandetta não corroborou com falas do presidente sobre o retorno das aulas presenciais, a adesão ao isolamento vertical e o uso da cloroquina. O Reuquinol, como também é conhecido, consiste em uma medicação usada no tratamento e profilaxia da malária e da amebíase hepática. É utilizado como terapia complementar para lúpus, artrite reumatoide, sarcoidose e doenças relacionadas à fotossensibilidade²⁶. Embora seja um fármaco de amplo espectro e reconhecido pela ciência, a hidroxicloroquina comprovou-se ineficaz em relação à Covid-19 em estudos realizados dentro e fora do Brasil²⁷.

Conforme Corrêa, Vilarinho e Barroso (2020, p. 12): “apesar das frágeis evidências científicas sobre a eficácia da cloroquina/ hidroxicloroquina no combate à infecção humana pelo novo coronavírus [...], inúmeras informações passaram a circular amplamente nas mídias sociais atribuindo aos referidos medicamentos tais propriedades”. E um dos defensores mais assíduos da cloroquina foi o presidente. Junto com parte de sua equipe de governo, ele propunha o uso do *kit Covid* (composto, em geral, por hidroxicloroquina, azitromicina e ivermectina) como “tratamento precoce”²⁸ à Covid-19.

Melo et. al. (2021, p. 2), define o “tratamento precoce” como:

²⁵ Ainda em fins de março, o Ministro Marco Aurélio Mello decidiu pela autonomia de estados e municípios na implementação de ações mais restritivas de controle social como medida de prevenção à Covid-19. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/justica/stf-decide-contrabolsonaro-e-libera-governadores-a-restringiremlocomocao/>. Acesso em: 18 jun. 2021.

²⁶ Informações retiradas da bula do medicamento. Disponível em: <https://pfarma.com.br/coronavirus/6882-bula-da-cloroquina.html>. Acesso em: 10 jan. 2022.

²⁷ Como exemplo, trago os seguintes estudos: 1) HASDEU, Santiago et al. Tratamiento con hidroxicloroquina en pacientes con COVID-19: informe rápido de evaluación de tecnologías sanitarias. **Rev. argent. salud pública**, Buenos Aires, v. 12, supl. 1, p. 16, oct. 2020. 2) RODRIGUEZ VENEGAS, Elia de la Caridad; HERNANDEZ-GARCIA, Omar Luis y DENIS PIEDRA, Daniel Alejandro. Seguridad de la cloroquina y la hidroxicloroquina para el tratamiento de pacientes con COVID-19. **Rev cubana med** [online]. 2020, vol.59, n.3, e1387. Epub 10-Nov-2020. ISSN 0034-7523.

²⁸ Tratamento precoce segue entre aspas, pois é o modo como os apoiadores do presidente referiam-se ao protocolo de uso do kit Covid. Não se refere exatamente a uma forma de prevenção da doença. Também não possui comprovação científica de eficácia na prevenção da Covid-19.

uma combinação de medicamentos sem evidências científicas conclusivas para o uso com essa finalidade, que inclui a hidroxicloroquina ou cloroquina, associada à azitromicina, à ivermectina e à nitazoxanida, além dos suplementos de zinco e das vitaminas C e D. A prescrição e o uso desses medicamentos off-label para tratar ou prevenir a COVID-19 recebeu contornos de grande credibilidade, quando o “tratamento precoce” e o “kit-covid” foram divulgados e o seu uso incentivado amplamente nas mídias sociais (WhatsApp, Facebook e Instagram) por profissionais médicos, autoridades públicas e nas páginas oficiais de Internet de Secretarias de Saúde, Ministério da Saúde e Governo Federal do Brasil.

Embora, já houvesse comprovações e estudos na época sobre a ineficácia da cloroquina, a equipe de governo do presidente continuava a promover e difundir o uso desse “protocolo” de tratamento.

Mandetta, nos seus pronunciamentos como ministro, tangenciava tais temas. A falta de adesão ao discurso de Bolsonaro, somada ao histórico de Mandetta, conforme Oyama (2020, p. 78), de não seguir a pauta ideológica proposta pelo novo governo, acrescida de uma popularidade de gestão da pandemia maior que a própria popularidade do presidente contribuiu para a demissão do então Ministro.

Com a saída de Mandetta, assumiu o Ministério da Saúde o médico oncologista Nelson Teich, que, em pouco menos de um mês, pediu demissão do cargo. Em depoimento posterior, à CPI da Covid, alegou que havia saído pela falta de autonomia na pasta e devido a divergências sobre o protocolo de uso da cloroquina defendido por Bolsonaro (leia-se tratamento precoce), o qual ele considerava equivocado e ineficaz para o combate à pandemia²⁹.

Logo, em razão de divergências com seus ministros, Mandetta na relação sobre o isolamento social e com Teich sobre o uso indiscriminado do “kit Covid”, ambos foram destituídos de seus cargos.

Importante que se diga: embora estes dois ministros tenham produzido discordâncias com o presidente, isso não significa que ambos formaram algum tipo de resistência. Foram indicados pelo presidente, eram partidários deste e complacentes com as ações do governo pelo menos até então. Conforme Sodré (2020, p. 5-6) demonstra em sua pesquisa, Mandetta, no seu primeiro ano de gestão, buscava emplacar um projeto de privatização do SUS, e Teich eximiu-se de questões como distanciamento social, alegando que tal assunto pertencia à pasta da Economia. Sendo assim, não eram contra o projeto de

²⁹ De acordo com informações retiradas do site G1- Política. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/05/05/teich-cpi.ghtml>. Acesso em: 26 jan. 2022.

governo em curso: simplesmente não repetiram fielmente as falas do presidente, esperamos, por questões técnico-profissionais.

Na busca por um alinhamento frente à pasta, Bolsonaro nomeou um general da ativa para o Ministério e, então, assumiu Eduardo Pazuello. Junto com ele, mais militares sem qualquer formação técnica em saúde assumiram funções ali. Sem alarde, sem plano de gestão de enfrentamento à pandemia e sem protagonismo, para não abalar a popularidade do presidente como fizera Mandetta, Pazuello comandava quietamente o Ministério, enquanto os números de mortos subiam e o Brasil tornava-se epicentro da doença.

Assim, em junho de 2020, quando o Brasil bateu seu recorde de mortes diárias em um mês³⁰, o governo decidiu não divulgar mais os números totais de casos positivados e de óbitos relacionados à Covid-19. Para Sodré (2020, p. 9): “essa medida colocou sob questionamento internacional qualquer discurso de retomada econômica pelo Brasil, visto que comprovava ser um interesse do governo escamotear, falsear, esconder a realidade sobre as vidas que se findam ou adoecem durante a pandemia”.

A questão dos números da pandemia já era problemática desde antes do recorde de mortes. A título de exemplo, trazemos uma edição do “Placar da vida” com os números do dia 21 de maio de 2020.

Figura 1 – Placar da vida



Fonte: Portal UOL, 2020.³¹

³⁰ De acordo com informações do site UOL. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/07/19/mortes-dias-covid-19.htm?msclkid=0af4b478a94211ec987457725f4c586f>. Acesso em: 21 mar. 2022.

³¹ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/bbc/2020/05/26/placar-da-vida-estimula-negacionismo-por-omitir-realidade-tragica-da-covid-19-dizem-especialistas.htm?msclkid=de62ee22a94411ecaa14bdab1d9b43bd>. Acesso em: 21 mar. 2022.

No informe não constam os números dos mortos. Afinal, é o *placar da vida*. Contam-se apenas os vivos ainda que, ironicamente, *ninguém fique para trás*. Desde a decisão tomada em junho, portanto, o governo não divulgou mais os números totais de mortos e contaminados pela Covid-19 e quem passou a fazer isso foi o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Depois da passagem de dois ministros, lidando com crises de logística e de números, Pazuello, repetindo incansavelmente o presidente, conseguiu manter-se por bastante tempo durante o cargo. Foi o mais duradouro Ministro da Saúde, desde o início da gestão Bolsonaro até o fim do ano de 2020.

Isto posto, vemos que, em menos de um ano, e em plena pandemia de Covid-19, a pasta da Saúde teve mudança de liderança três vezes, número considerável dada a situação emergencial e o estado de calamidade pública. Ainda no mês de junho, o Brasil comprou dos Estados Unidos cerca de 2 milhões de doses da hidroxiquina³² para o tratamento contra Covid-19, mesmo quando já se sabia de sua ineficácia em relação à doença.

O epidemiologista e professor universitário Pedro Hallal, em janeiro de 2021, publicou um artigo no qual descrevia a situação pandêmica do Brasil. Dele retiramos o seguinte excerto:

As taxas de teste [do Brasil] estão muito abaixo da média mundial. Nenhuma política nacional de rastreamento de contatos foi implementada. O distanciamento social foi desacreditado. Em 4 semanas, o Brasil teve três ministros da saúde. Apesar dos cientistas brasileiros e institutos de pesquisa, como Butantan e Fiocruz, estarem fortemente envolvidos na corrida global de vacinas, suprimentos como seringas e agulhas foram insuficientes para iniciar a campanha de imunização. (HALLAL, 2021, p. 374, tradução nossa³³)

Finalizando com as palavras do epidemiologista, acreditamos ter levantado as principais condições, históricas e sociais, de produção, ligadas às sequências discursivas que trataremos posteriormente. No período em que iremos nos debruçar este é o resumo: um país

³²Conforme informações da Agência Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-06/brasil-recebe-dois-milhoes-de-doses-de-hidroxiquina-dos-eua>. Acesso em: 05 fev. 2022.

³³ No original: “Testing rates are far below the world average. No national policy on contact tracing has been implemented. Social distancing has been discredited. In 4 weeks, Brazil had three ministers of health. Despite Brazilian scientists and research institutes, such as Butantan and Fiocruz, being heavily involved in the global vaccine race, supplies of syringes and needles were insufficient to start the immunisation campaign.”.

em meio à crise sanitária, sonhando o número de mortos, postergando a vacina e desacreditando nas medidas de prevenção.

Tendo como objeto de análise os enunciados produzidos pelo presidente no período de pandemia, torna-se necessário compreender que posição-sujeito, lugar social e discursivo este sujeito enunciador ocupa e como tais determinações se relacionam à formação discursiva a que está filiado, uma vez que estes elementos possuem papel fundamental na constituição discursiva a ser analisada.

Estamos tomando as condições de produção tal como pensada por Orlandi (2005, p. 30). Elas incluem não só o contexto histórico, político e social de um dado tempo, mas também consideram as formações ideológicas e discursivas inerentes ao falante, que possibilitam e sustentam o seu dizer. Conforme Orlandi (2005, p. 31), a AD procura analisar as condições de produção em que são proferidos os dizeres, mas não considera apenas o contexto imediato, procura fazer uma retomada um pouco maior, ao explorar as condições de produção, que incluem investigar os sujeitos do discurso, o trabalho da memória, do interdiscurso e da ideologia.

Em AD, entendemos que a língua não é objeto estanque ou um sistema significante, ela é materialidade de um discurso, e este, por sua vez é construído ideológica, histórica e socialmente. Por esta razão, torna-se necessário não apenas analisar o que é dito, mas também quem o diz, qual a posição ocupada por este sujeito, quais as suas filiações discursivas e ideológicas, pois essas condições também configuram o funcionamento discursivo. Assim sendo, pretendemos neste capítulo nos debruçar sobre as demais condições constituintes do discurso em análise. A princípio, nos ateremos a ideia de formação discursiva e buscaremos reconstruir aspectos da formação discursiva em que o sujeito enunciador se insere.

Por Formação Discursiva (doravante FD), entendemos um espaço que congrega saberes e dizeres e que orienta o que pode ou não ser dito. O indivíduo, quando transformado em sujeito pela ideologia, conforme afirma Althusser (1996, p. 131), passa a ser interpelado ideologicamente. Isto quer dizer que o sujeito passa a ser tomado por uma determinada formação ideológica que orienta suas práticas, suas ações e seu gesto de olhar. As formações ideológicas que se ocupam de orientar o dizer são chamadas de formações discursivas.

Sendo assim, todo sujeito pertence a uma rede ideológica que orienta suas práticas e a formulação do sentido e da subjetividade. Não há lugar neutro possível, ou se está emaranhado por uma determinada formação discursiva ou se está emaranhado por outra.

As formações discursivas estão fundamentalmente ligadas a ideia de interdiscurso. Se as FDs, conforme Orlandi (2005, p. 43), orientam o que pode ser dito, o interdiscurso, por sua vez, comporta todos os dizeres possíveis. É o lugar da memória discursiva, é a base de todo dizível. Orlandi (2005, p. 31) define o interdiscurso “como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente”.

O interdiscurso configura, assim, as formulações que podem ser utilizadas no intradiscurso. Este último, por sua vez, constitui-se como o campo da formulação, da escolha lexical do dizer. É preciso acessar o interdiscurso para produzir o dizível no intradiscurso. Sendo assim, o interdiscurso comporta a constituição das diferentes formações discursivas. Todas elas se utilizam dessa forma básica, a partir da qual é possível construir os dizeres.

Sendo assim, as formações discursivas delimitam e orientam o que o sujeito pode ou não dizer, de acordo com a interpelação ideológica que este sofre. Por isso, Pêcheux dirá que as formações discursivas “representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (1988, p. 161). O indivíduo, membro do corpo social, tendo sido interpelado em sujeito pela ideologia, passa a vincular-se a determinadas formações ideológicas e discursivas, que constituirão, respectivamente, seu modo de ser, de pensar e de dizer.

Pensando nestas questões fundamentais para o entendimento do funcionamento discursivo, buscamos amparo nas pesquisas de Indursky (2020). A autora, no seu recente trabalho *O teatro do grotesco como cenário da desconstrução do Brasil* (2020), analisa a situação política do país e também analisa discursivamente questões acerca da formação discursiva do presidente, sua equipe de governo, seus apoiadores, bem como os grupos contrários ao regime atual. Num estudo sobre as formações imaginárias pertinentes ao grupo em análise, Indursky (2020, p. 369) define que os apoiadores do presidente “se subjetivam em uma formação discursiva de direita, inscrevendo-se em uma posição-sujeito neoliberal, através da qual se relacionam com o tenente-capitão que foi eleito para servi-los”. De modo semelhante se subjetiva o presidente, identifica-se numa formação de extrema-direita, que procura atualizar discursos autoritários e fascistas, imbricando ora uma posição mais conservadora, ora uma posição mais liberal, mas indubitavelmente capitalista.

Estando estritamente vinculado à Ditadura Militar, desde quando era deputado, chegando a dizer que o erro da Ditadura era ter torturado e não matado, ou quando, já citado aqui, referenciou Ustra quando da votação de *impeachment* de Dilma, não poderíamos nos espantar com essa ligação ideológica e discursiva com os ditadores e o projeto político em curso em 1964. Os sentidos são os mesmos: apreço pelas forças militares, pela Igreja, quando

cristã, conservadora, ditadora de preceitos morais; pelo conservadorismo, em suma. Busca-se novamente fazer o Brasil grande, o *Brasil acima de todos*³⁴. Para isso, é necessário suprimir todo aquele que não fará parte desse projeto. Excluem-se os indígenas, os negros, os grupos LGBTQIA+ e todas quaisquer outras minorias.

Excluem-se estes grupos das políticas públicas, de toda e qualquer assistência estatal, e também discursivamente. Na FD que o presidente congrega predominam saberes machistas, misóginos, homofóbicos, racistas e xenofóbicos. Não é algo que se dá nas entrelinhas ou que se utiliza da memória discursiva, do não dito; são dizeres expressos abertamente. Isso ocorre em razão da pretensa “liberdade de expressão” que defendem, uma liberdade que permite dizer tudo o que se quer, inclusive aquilo que fere ou agride a outros que não compartilham das mesmas formações ideológicas e discursivas. Logo, poderíamos localizar que a liberdade de expressão que almejam é correspondente à sua formação discursiva de extrema-direita: uma liberdade individual, não coletiva; uma liberdade para eu dizer, enquanto calo o outro; uma liberdade para eu ser livre, enquanto censuro o outro. Uma pretensa liberdade de expressão fundamentalmente ligada aos ideais capitalistas, para os quais o desprezo do coletivo é imprescindível.

Dessa forma, como o discurso não se desvincula da prática, também os enunciados projetam e expressam materialmente esse funcionamento ideológico de supressão das minorias, das desigualdades sociais. Por essa razão, Indursky (2020, p. 386) concluiu que esta formação discursiva, com a qual o sujeito enunciator identifica-se, também naturaliza a circulação de saberes próprios de um discurso fascista.

4.1 O DISCURSO QUE NEGA A PANDEMIA É NEGACIONISTA?

No percurso desta pesquisa, desde os questionamentos iniciais até o momento da escrita, perguntamo-nos como definiríamos nosso objeto de análise: as falas proferidas pelo presidente, e por aqueles que congregam com ele dizeres de teor negacionista em relação à pandemia. De modo que, entramos numa preocupação acerca de uma tipologia do discurso, algo que compreendemos que não é, pois, o objetivo da AD.

³⁴ Dispusemos o dizer *Brasil acima de todos* em itálico, com vistas a destacá-lo, pois trata-se do slogan de campanha do governo Bolsonaro.

Todavia, buscando o relato de Orlandi (2003, p. 9), no qual narra sobre seu diálogo com Pêcheux, em que ela relatava ao autor sobre seus estudos acerca do discurso polêmico, lúdico e autoritário, a autora compartilhava a autocrítica que fazia de seu próprio trabalho, afirmando que a “análise de discurso não se faz através de tipologias”. Em resposta, Pêcheux lhe sugere que prossiga com sua pesquisa, pois “as tipologias podem ser um bom instrumento exploratório”.

Então, ainda que não seja objetivo da AD elencar categorias ou separar discursos em tipos, pois nos interessa não o que é um discurso, mas como funciona este discurso; em algum momento, é preciso nomear, dar definição às coisas. Por princípio, entendemos que este conjunto de enunciados que visam a negar/minimizar a pandemia ou questionar seus números, que são compartilhados pelo presidente, seus apoiadores e simpatizantes, configura um discurso. É um discurso, pois possui uma materialidade linguística, está vinculado a condições de produção específicas, é um produto ideológico e produz, conforme a definição dada por Orlandi (1986, p. 115), um “efeito de sentidos entre locutores”.

Assim sendo, tomando nosso objeto de pesquisa como discurso, por muito tempo, perguntamo-nos como seria mais prudente nomeá-lo. Quando, no senso comum, pensamos em um discurso negacionista, imaginamos que seu funcionamento deve fundar-se na produção de negações, com ou sem a presença de advérbios de negação (não, nunca, jamais etc.). Todavia, o que estamos observando nas falas de Bolsonaro é uma nova configuração do que chamaremos de discurso negacionista.

Discurso negacionista e não discurso de negação, uma vez que nosso objeto não se limitará a estruturas de negação. Um discurso de negação, pensando a partir do léxico das palavras, melhor nomearia um discurso que visa a produzir uma negação com sua forma específica de construção frasal. Já um discurso negacionista, identificado assim, por uma formulação adjetivada, parece abarcar melhor o funcionamento desse discurso em análise, uma vez que ele não trabalha apenas no aspecto de produzir negações, mas num conjunto mais amplo e diverso de enunciados (que podem incluir afirmações, perguntas, metáforas, entre outros) e que discursivamente produzem um efeito de sentido de negação a algum já dito no interdiscurso.

Como Pêcheux sabiamente disse, utilizaremos da tipologia como instrumento exploratório. Por ora, diremos que nosso objeto, os enunciados ditos pelo presidente no que se refere à pandemia, marcam-se como discurso negacionista. Mas como isso acontece? Qual o funcionamento presente nesses enunciados? Como se estruturam? Se pensarmos que o discurso, enquanto prática, não se dissocia de outras práticas materiais, o que acontece no

modo como o governo atual enfrentou a pandemia? Poderíamos entendê-lo como uma forma de negacionismo?

Independente da forma como nomearemos, até mesmo pela ordem da repetibilidade, torna-se fundamental uma imersão acerca da ideia de negação, questão que parece basilar neste estudo.

A AD, ao pensar no discurso como objeto de estudo, entende o funcionamento da negação de forma diferente de outras áreas de estudo da linguagem. Se considerarmos a ótica da Gramática Textual, esta nos dirá que negações ocorrem sob a égide do uso de advérbios de negação ou outras marcas textuais que atribuam a ideia de uma negativa. De acordo com Bechara (2009, p. 247), essas palavras conferem um “valor de existência que se atribui ao ‘estado de coisas’ designado pela oração (existência certa, negada, duvidosa, desejada, etc.) É o caso dos advérbios de negação e de dúvida: Ele veio/Ele não veio”.

Entretanto, para a AD, a negação nem sempre será uma constatação ou descrição da realidade ou de um estado de coisas. É o que nos mostra Indursky em seu artigo *Polêmica e denegação: dois funcionamentos discursivos da negação* (1990). A autora (1990, p. 117-118) parte das proposições feitas por Ducrot, estudioso da linguística da enunciação que, em 1984, propõe a existência de três tipos de negação, as quais divergem cada qual pela sua função: a) descritiva, quando designam um estado de coisas; b) metalinguística, quando refutam um locutor; c) polêmica, quando expressa-se dois enunciados contrários e identifica-se com um deles, rechaçando, automaticamente, o outro. Neste último tipo, Ducrot aproxima do conceito de denegação psicanalítica, pois, através dele, é possível perceber o sujeito dividido com o que deseja dizer e o que deseja recalcar.

A partir de uma análise do que foi postulado por Ducrot, Indursky elabora conceitualmente como se dariam os tipos de negação no âmbito do discurso. De início, a autora (1990, p. 119) explica que o que ocorre na negação polêmica, nos termos da AD, é que o sujeito constrói uma frase na qual ficam marcados dois enunciados, um ao qual o sujeito identifica-se e outro ao qual ele se afasta. Trata-se de uma elaboração textual na qual são inseridos dois dizeres pertinentes a duas formações discursivas diferentes, das quais uma o sujeito tem pertencimento e, por isso, corrobora com a ideia, reafirmando-a. Já o outro dizer, vinculado a uma formação discursiva a qual o sujeito está alheio, coloca-o numa situação de estranhamento, afinal esta FD não lhe é constitutiva de seu dizer, e sendo assim, o sujeito, normalmente, afasta-se, rechaça ou nega este último enunciado.

Dessa forma, para Indursky (1990, p. 119), não há como ver aqui uma questão individual, de denegação, como afirmou Ducrot, pois o que ocorre é uma oposição que se dá

numa esfera social, de um confronto de formações discursivas. A autora exemplifica, trazendo um enunciado, no qual é dito: “Revolução, em verdade, e não golpe de Estado” (INDURSKY, 1990, p. 118). Nesse caso, a negação polêmica ocorre porque o sujeito identifica-se com a primeira parte do enunciado, que está na afirmativa, pois é parte de sua FD, e nega a segunda parte da oração, que está na negativa, pois esta demonstra saberes de outra FD, com a qual o sujeito não está identificado. Trata-se, dessa forma, de um exercício de contraste entre duas FDs e de reconhecimento e reafirmação dos dizeres próprios da FD, a qual o indivíduo tem pertencimento. Sendo assim, esta forma de negação estaria ligada ao bom sujeito que Pêcheux (1997, p. 215) fala, uma vez que o sujeito está plenamente identificado dentro da interpelação ideológica que sofre.

Para Indursky (1990, p. 120), divergindo de Ducrot, a denegação ocorreria quando o sujeito promove um estranhamento com a própria formação discursiva que lhe é constitutiva. Diferentemente da negação polêmica, na qual o sujeito diverge, distancia-se de formações com as quais não se identifica, na denegação o sujeito promove estranhamentos dentro da sua própria formação discursiva. Para a autora, a denegação discursiva estaria relacionada ao recalque descrito na psicanálise, assim como no recalque o sujeito renega a si mesmo, na denegação o sujeito nega saberes próprios da FD a que pertence. Assim, poderíamos dizer que a denegação estaria mais próxima a ideia do mau sujeito descrita por Pêcheux (1997, p. 215), que é aquele que se distancia, questiona sobre saberes que são próprios da FD a que é vinculado.

Tendo, então, por base a ideia de negação colocada pela gramática normativa, pela negação polêmica e a denegação discursiva, colocamo-nos a analisar as materialidades que compõem o nosso recorte.

Quando estava em viagem à Índia, em janeiro de 2020, quando o Brasil não contava com nenhuma contaminação, o presidente declarou:

Sd 1: Estamos preocupados, obviamente, mas *não* é uma situação alarmante. (BOLSONARO, 26/01/2020, grifo nosso)³⁵.

No enunciado em questão, ocorre uma negativa expressa textualmente, neste caso, pelo uso do advérbio “não”. Podemos marcar esta sequência discursiva como sendo uma negação polêmica, pois o que está sendo negado faz parte de uma FD com a qual o sujeito não

³⁵ Disponível em: <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,nao-e-uma-situacao-alaricante-diz-bolsonaro-sobre-coronavirus,70003173424>. Acesso em: 01 fev. 2022.

se identifica, FD esta que afirma que a pandemia seria uma situação alarmante, que mereça atenção. Todavia, como o sujeito está, conforme Indursky (2020, p. 372), interpelado por uma formação ideológica de extrema-direita fascista, esses dizeres não lhes são constitutivos, por essa razão ele os rechaça. Assim, a pandemia não seria uma situação que careceria de alarde.

Conforme vimos, na negação polêmica há uma parte do enunciado que é afirmativa, com a qual o sujeito concorda e reafirma, ou seja, que faz parte dos saberes de sua FD. Nessa sequência discursiva, a parte afirmativa seria “estamos preocupados, obviamente”. Entretanto poderíamos nos questionar: que preocupação seria essa, uma vez que a situação não é alarmante? Note-se também a vagueza dessa parte do enunciado. Primeiro, não se completa a regência nominal (*preocupados*, mas com o que exatamente?); segundo, não há nenhuma definição, se muito, se pouco, simplesmente “estamos preocupados”. A única parte do enunciado, aquela para a qual há maior exatidão é que “não é uma situação alarmante”, disso tem-se certeza.

Mais adiante, em março de 2020, , num discurso direcionado a empresários durante uma viagem a Miami, o presidente afirma:

Sd 2: Muito do que se tem ali é muito mais fantasia. A questão do coronavírus, que *não* é isso tudo que a grande mídia propaga. (BOLSONARO, 10/03/2020, grifo nosso)³⁶.

Dentro de uma sintaxe quebradiça, fragmentada, com períodos que não se completam, o presidente declara, dentro dos saberes de sua FD, que a pandemia é uma fantasia. Seria, assim, uma criação, um feito de imaginação. Esta é a parte com que o sujeito se identifica dentro dos saberes e de sua posição dentro da FD que lhe é constitutiva.

A negação constitui-se vagamente na segunda parte: “Não é isso tudo que a grande mídia propaga”. Mas o que seria *isso tudo* (Sd2)? O que é que a *mídia propaga* (Sd2)? Seriam talvez os números de contaminados, dos mortos? Seria a própria situação de pandemia? Mesmo não definindo com exatidão o que se trata, *isso tudo que a mídia propaga* (Sd2) deve ser rechaçado, desconsiderado, pois estes saberes não fazem parte da FD com a qual o sujeito se identifica.

Conforme afirma Indursky (1990, p. 119), a negação polêmica surge “decorrente do confronto entre dois sujeitos cujo discurso se situa em duas redes discursivas simétricas e

³⁶ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/muito-do-que-falam-e-fantasia-isso-nao-e-crise-diz-bolsonaro/>. Acesso em: 01 fev. 2022.

antagônicas. Tal simetria impede que haja comunicação entre ambas, restando-lhes apenas o recurso à polêmica que repudia o saber adverso”.

Dessa forma, produz-se um repúdio ao saber adverso nos enunciados apresentados: o que a mídia propaga (os números, dados, informações sobre a pandemia) e a situação considerada alarmante. E se a situação não é alarmante, não é preciso tomar medidas drásticas, é possível manter a normalidade. Portanto, há uma esquivia não só desse discurso do outro, mas do que a adoção ou aceitação desse discurso implicaria em termos práticos.

Isso corrobora a ideia da microbiologista Natalia Pasternak (2022):

O negacionismo tem muito pouco a ver com ciência ou com os fatos. Negar o aquecimento global ou a eficácia de vacinas ou a chegada do cometa não tem a ver com o cometa, as vacinas ou o clima. Tem a ver com interesses políticos e econômicos que ficariam prejudicados caso governantes e tomadores de decisões aceitassem os fatos científicos.

Ou seja, admitir que a situação é urgente ou que os números propagados pela mídia deveriam produzir preocupação acarretaria determinadas tomadas de posição, as quais parecem não encontrar lugar no interior de uma FD que prioriza o lucro, a propriedade privada em detrimento da saúde e do bem estar das pessoas.

Em resumo, quando nos deparamos com os enunciados, com as sequências discursivas em que o presidente se pronuncia sobre a pandemia de Covid-19, observamos que a quantidade de enunciados que expressam uma negação textualmente marcada não é o que predomina.

Ademais, quando procuramos por denegações, nos enunciados produzidos pelo presidente, não as encontramos. Há alguns momentos de hesitação, de dúvida, mas que não caracterizam exatamente uma denegação. Não há espaço de contradição em relação à FD à qual o sujeito está filiado. Pelo menos no que tange à Covid-19.

Quando nos colocamos a investigar o funcionamento das negações no interior de enunciados proferidos pelo presidente, que a mídia convencionou chamar de negacionista, poderíamos pensar num primeiro momento que encontraríamos formulações de uma negação gramatical. Todavia, estamos vendo que a produção da negação não se dá apenas de modo convencional, com o uso de advérbios de negação, ou seja, não necessariamente temos um “não” para que ali tenhamos um discurso negacionista. Também não há formulações no *corpus* de negações polêmicas em grande número, tampouco de denegações. Este primeiro gesto de análise nos levou então ao desafio de analisar que funcionamento adquiria o negacionismo no discurso do presidente. Trazemos aqui alguns destes enunciados:

Sd 3: Está superdimensionado o poder destruidor desse vírus. Talvez esteja sendo potencializado até por questões econômicas. (BOLSONARO, 20/03/2020)³⁷.

Sd 4: Nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho. (BOLSONARO, 24/03/2020)³⁸.

Estes enunciados despertaram nosso interesse, pois, embora não existam neles quaisquer negações explícitas morfologicamente falando, há um sentido produzido no interdiscurso que se opõe àqueles que afirmam a existência e a gravidade da pandemia.

Quando o sujeito diz que o poder do vírus está *superdimensionado* (Sd3), está minimizando o potencial destruidor do vírus. Está negando o caráter emergencial da situação. Além disso, ocorre pelo não dito uma crítica a outrem, pois, se o poder destruidor do vírus está *superdimensionado* (Sd3), é porque alguém assim o fez, alguém superdimensionou o vírus. Logo, não se trata apenas de uma negação em relação ao vírus, ou à situação pandêmica em si, mas se trata também de negar, censurar e calar aqueles que propagam a necessidade de se tomar medidas em relação à pandemia.

Até aqui apresentamos os resultados que obtivemos quando, analisando a materialidade, buscamos verificar o funcionamento das negações, nas suas mais diversas construções possíveis. Contudo, durante o exercício da análise, localizamos uma predominância de afirmativas, que ora mantinham uma determinada regularidade, ora sugeriam outros funcionamentos. Este novo rumo a que nossa pesquisa nos direcionou é o que se verá a seguir.

4.2 MODOS DE FUNCIONAMENTO DO NEGACIONISMO DA COVID-19

No decorrer de nossa análise, pudemos localizar que, para além das formulações de negativas, havia substancialmente em maior número formulações afirmativas. Tais enunciados nos surpreenderam pela sua regularidade e pela sua repetibilidade. Sendo assim,

³⁷Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/03/bolsonaro-minimiza-crise-e-diz-que-coronavirus-esta-superdimensionado.shtml?msckid=902f2961bb2c11ecb9f41feb124056b7>. Acesso em: 13 abr. 2022.

³⁸ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=VI_DYb-XaAE. Acesso em: 13 abr. 2022.

este capítulo é destinado a mostrar enunciados e seus funcionamentos quando o negacionismo produz afirmativas.

4.2.1 O negacionismo enquanto fatalismo

Durante a análise das materialidades, encontramos uma repetição de enunciados que funcionam, de modo parafrástico, produzindo uma ideia de fatalismo em relação à pandemia. Por paráfrase entendemos, conforme Orlandi (2005, p. 36), “processos [...] pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória”. Logo, é este processo de repetição que encontramos nas sequências discursivas abaixo.

Sd 5: Tudo agora é pandemia, tem que acabar com esse negócio. Lamento os mortos, lamento. Todos nós vamos morrer um dia, aqui todo mundo vai morrer. Não adianta fugir disso, fugir da realidade. Tem que deixar de ser um país de maricas. Olha que prato cheio para a imprensa. (BOLSONARO, 11/11/2020)³⁹.

Sd 6: Não precisa dessa gana toda para conter a expansão. Conter por um tempo, porque o vírus vai atingir pelo menos 70% da população. Essa maneira radical de proporcionar lockdown... Eu não falo inglês, como é? Lockdown. Não dá certo, e não deu certo em lugar algum do mundo. A Suécia está bem com sua economia. Se morrem cem pessoas aqui e cem no Uruguai, há uma diferença enorme. Lá a população é 30 ou 40 vezes menor do que a nossa. (BOLSONARO, 16/05/2020)⁴⁰.

Sd 7: Queremos que não haja morte por causa do vírus. Mas esse vírus é igual chuva: fechou o tempo, deu trovoada, você vai se molhar. E vamos tocar o barco. Não vou minimizar a gripe. Se bem que, dizem os infectologistas, para 90% das pessoas é quase nada. Falar gripezinha não pode. (BOLSONARO, 26/03/2020)⁴¹.

³⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/10/bolsonaro-diz-que-brasil-tem-de-deixar-de-ser-pais-de-maricas-e-enfrentar-pandemia-de-peito-aberto.ghtml?msclkid=0ac19253ba8511ecaa6bbf180e898a27>. Acesso em: 12 abr. 2022.

⁴⁰ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/14/bolsonaro-diz-que-lockdown-nao-da-certo-e-volta-a-criticar-governadores.htm?msclkid=1e8e78d0ba8611ec8420aa6ce2f33fa8>. Acesso em: 12 abr. 2022.

⁴¹ Disponível em: https://br.noticias.yahoo.com/bolsonaro-cita-neurose-e-histeria-com-coronavirus-e-se-mostra-otimista-com-hidroxicloroquina-234931369.html?msclkid=020eeef0ba8811ecaa9fa3513a081020&guccounter=1&guce_referrer=aHR0cHM6Ly93d3cuYmluZy5jb20v&guce_referrer_sig=AQAAAG-x099Yw2sWIs4f-LHepAnod7HCycJRGwSImlK609-cws0tVnEQCeSG1OoPaM2D4nhDz7_TLNuUfq15O7c6RoRESZ6GLtIY9SG-

Sd 8: E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre. (BOLSONARO, 28/04/2020)⁴².

Sd 9: Ô, cara, quem fala de... Eu não sou coveiro, tá certo? (BOLSONARO, 20/04/2020)⁴³.

Sd 10: Lamento a situação que nós atravessamos com o vírus. Nos solidarizamos com as famílias que perderam seus entes queridos, que a grande parte eram pessoas idosas, mas é a vida. Amanhã vou eu. Logicamente que a gente quer, se um dia morrer, ter uma morte digna, né? E deixar uma boa história para trás. (BOLSONARO, 28/04/2020).

Sd 11: As mortes de hoje, a princípio, essas pessoas foram infectadas há duas semanas. É o que eu digo para vocês: o vírus vai atingir 70% da população, infelizmente é a realidade. Mortes vão haver. Ninguém nunca negou que haveria mortes. (BOLSONARO, 28/04/2020).

Sd 12: A gente lamenta todos os mortos, mas é o destino de todo mundo. (BOLSONARO, 03/06/2020)⁴⁴.

Importante destacar a modalização que o presidente faz ao utilizar a terceira pessoa (*a gente*) e não a primeira pessoa (eu) para explicitar sua pretensa solidariedade com as vítimas. Talvez isso seja um sintoma de que realmente não se importa com as vítimas fatais da pandemia. Conforme já mostrado por Indursky (2020, p. 383), em suas análises de alguns enunciados do presidente sobre a pandemia, ela aponta que as sequências que compõem seu *corpus* de análise “mostram a sua incapacidade de solidarizar-se com a dor do outro”.

Essa modalização *a gente lamenta todos os mortos* (Sd12), pode fazer nos questionar: quem é *a gente* que lamenta os mortos? Sua equipe de governo? Sua família? A nação como um todo? Esse *a gente* o inclui?

cbOdb3oe_7jS83csdWVTtjqolE4GHSDwytWojffPeKYeZLdoERb68tzzO49CTvyfX_qFozwn. Acesso em: 12 abr. 2022.

⁴² Todas as falas datadas de 28/04/2020 constantes nesta página foram retiradas de um vídeo de reportagem do telejornal “Jornal da Globo”, encontrado no site Globoplay. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8517212/?msclkid=88c3a34cba8811eca80973f94cddb3>. Acesso em: 12 abr. 2022.

⁴³ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/20/nao-sou-coveiro-ta-diz-bolsonaro-ao-responder-sobre-mortos-por-coronavirus.ghtml?msclkid=617a13cddb2f11ec9a948e3f94cddb3>. Acesso em: 13 abr. 2022.

⁴⁴ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/06/02/bolsonaro-a-gente-lamenta-todos-os-mortos-mas-e-o-destino-de-todo-mundo.htm?msclkid=1986e3d9ba8a11ec81783fc7a5fcf127>. Acesso em: 12 abr. 2022.

Importante notar que não é questão de estilo o uso da terceira pessoa na fala de Bolsonaro. Quando, em 1986, publicou na *Veja* um artigo em prol do aumento do soldo do exército o escreveu todo em primeira pessoa, não poupando elogios a si próprio no decorrer do texto, ao falar de um “homem de elite e cheio de sonhos” e “uma pessoa do meu nível cultural e social”, como bem destacou Piovezani (2020, p. 143). Também não faltam construções em primeira pessoa quando fala, no pronunciamento de 24 de março de 2020, sobre seu histórico de atleta. Contudo, sobre as vítimas e os atingidos pela pandemia, inscreve no intradiscurso o *a gente* em vez de *eu*.

Na Sd10 há uma construção em que se utiliza da primeira pessoa. Entretanto, o sujeito da oração ainda é oculto, conforme afirmaria a gramática normativa: presente implicitamente no *lamento* no enunciado *Lamento a situação que nós atravessamos com o vírus*. Não há uso explícito do eu. E tão logo, o presidente modaliza novamente, usando a primeira pessoa do plural (nós) em *Nos solidarizamos com as famílias*. Novamente poderíamos nos perguntar: quem compõe este *nós* que se solidariza com as famílias?

Reitera-se a fatalidade da vida nos dizeres, que se repetem: *mas é a vida* (Sd10); *infelizmente é a realidade*. *Mortes vão haver* (Sd11); *é o destino de todo mundo* (Sd12). Os enunciados afirmam, de modo unânime, que não há outra saída, não há outros meios e nem quaisquer alternativas. Afinal, *é a vida*.

O sujeito busca modalizar sentidos de que “é a realidade”, “é isto mesmo”, como forma de justificar e colocar-se na posição daquele que profere a verdade, ainda que dolorosa. Todavia, *a realidade* que congrega é parte de uma FD de extrema-direita, capitalista, que viabiliza o dizer de que é isto mesmo, é assim, não é possível fazer nada, *é o destino de todo mundo* (Sd12).

Quando traz para o jogo discursivo essa construção mencionada anteriormente (Sd12), busca evocar sentidos de igualdade ou até mesmo de equidade. A morte igualaria a todos os seres humanos. Este enunciado, que retoma uma memória discursiva presente no senso comum: a morte virá para *todo mundo* (Sd12), embora trabalhe com um sentido de transparência, do óbvio (é óbvio que a morte atinge a todos), acaba por obscurecer as desigualdades sociais, afinal, a pandemia atingiu de modo diferente a população. Isto é, a morte atingirá a todos, mas não ao mesmo tempo ou pela mesma causa ou do mesmo modo.

No que tange à pandemia, as classes mais abastadas tiveram, além de condições materiais de assistência médica, de higiene, maior possibilidade de cumprir o isolamento social, enquanto as classes mais pobres tiveram que continuar sua rotina de trabalho para buscar manter sua subsistência. Ou seja, a morte, em meio à pandemia de Covid-19, não pode

ser entendida como fator de igualdade. Pêcheux (1997, p. 26-27) já nos alertava sobre algumas contradições presentes no discurso capitalista, pois, para assegurar a reprodução das condições materiais de produção é preciso, entre outros feitos, produzir efeitos de sentido de que há uma igualdade nas relações sociais, quando o que ocorre é que “todos os homens são iguais, mas há alguns que o são mais que outros” (1997, p. 27).

4.2.2 O negacionismo e a individualização da morte

Uma parte considerável dos enunciados proferidos pelo presidente quando aborda a temática da pandemia refere-se aos próprios atingidos pela Covid-19. Nesses enunciados, embora muitas vezes ocorra uma visão fatalista dos acontecimentos, como visto funcionar anteriormente, são produzidas considerações relacionadas às pessoas acometidas pela doença. Veremos a seguir:

Sd 13: Quando se fala nessa tal da pandemia aí, que desde o começo eu apanhei muito, né? Porque eu falo que quem tem um bom preparo, está bem de saúde, não tem que se preocupar, pô, é igual uma chuva. Se o cara tá com problema, qualquer chuvinha vira ali uma pneumonia e pode ter problema. Se o cara tá bem preparado, é o meu caso, apesar dos 65 anos... Vocês vão chegar lá ainda, não adianta ficar rindo, vai chegar lá. (BOLSONARO, 03/09/2020)⁴⁵.

Na sequência acima, podemos localizar algumas pontuações acerca das pessoas acometidas pela Covid-19. Utilizando de uma metáfora, o presidente compara as pessoas que possuem doenças crônicas às pessoas que *tem bom preparo* (Sd13), garantindo que a estas últimas não é preciso preocupação, pois resistirão com facilidade às complicações da doença. Funciona uma espécie de lógica meritocrática como argumentação. A pandemia está aí, mas só atingirá você de acordo com as suas capacidades físicas. Você tem um bom preparo? Dentro da FD de extrema-direita, com a qual Bolsonaro se identifica, a meritocracia, o individualismo tornam possível a promoção de dizeres desse tipo. Embora a pandemia seja uma enfermidade que atinge populações inteiras e esteja, por conseguinte, ligada à ideia do coletivo, este problema adquire uma dimensão individual no enunciado do presidente. Em

⁴⁵ Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/bolsonaro-diz-que-quem-pratica-esportes-briga-menos-em-casa-24620789.html?msclkid=fae374dabb3011ec97d144dd1bf9695b>. Acesso em: 13 abr. 2022.

verdade, o acometimento à doença teria a ver com as escolhas individuais das pessoas. E, não acidentalmente, o presidente coloca-se como exemplo a ser seguido. Ele está preparado, *é o meu caso* (Sd13), como o disse. Por mais de uma vez, esta ideia do presidente de pôr-se como exemplo aparecerá nesta dissertação. Ademais, ainda predominam neste enunciado a ideia do fatalismo que reitera ao dizer que a pandemia *é igual uma chuva* (Sd13), isto é, uma metáfora para dizer que se trata de algo da ordem do inevitável tal como um fenômeno meteorológico.

Outros enunciados que mencionam as pessoas acometidas pela Covid-19 ou que, potencialmente, serão acometidas pela doença aparecem a seguir.

Sd 14: Foi surpreendente o que aconteceu na rua até com esse superdimensionamento. Que vai ter problema vai ter, quem é idoso e está com problema ou deficiência, mas não é tudo isso que dizem. Até que a China já praticamente está acabando. (BOLSONARO, 16/03/2020)⁴⁶.

Sd 15: Pelo que parece, não tenho certeza, pela última informação que eu tive, que está faltando confirmação. Agora a Itália é uma cidade... é um país parecido com o bairro de Copacabana, onde cada apartamento tem um velhinho ou um casal de velhinhos. Então são muito mais sensíveis, morre mais gente. (BOLSONARO, 17/03/2020).⁴⁷

Sd 16: Se o vírus pegar em mim, não vou sentir quase nada. Fui atleta e levei facada. (BOLSONARO, 30/03/2020)⁴⁸.

Nesses enunciados, a pandemia, problema do coletivo, torna-se novamente um problema individual. Não é algo que acomete a todos, algo que demanda ações públicas e coletivas, é algo individual. É problema dos velhos, dos acometidos por doenças crônicas, das pessoas portadoras de deficiência.

Permeiam também nesse discurso uma lógica meritocrática, que funciona em consonância com a formação ideológica capitalista. Logo, se os doentes crônicos, as pessoas com obesidade e/ou deficiência são acometidos pela Covid-19 venham a falecer, a culpa é delas. Afinal, caso fossem atletas, como o presidente propõe ao se colocar como exemplo,

⁴⁶ Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2021/09/23/covid- apenas- encurtou- vida- de- vitimas- por- alguns- dias- diz- bolsonaro- a- alemaes. ghtml?msckid=6b9468acbb3111ec87f43181a9b244c8>. Acesso em: 13 abr. 2022.

⁴⁷ Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/politica/2020/03/5602597-apos-discurso-pacificador-sobre-pandemia--bolsonaro-compara-coronavirus-a-gravidez---vai-passar.html?msckid=5d7b0002bb3211ecaf06decf245ebcd7>. Acesso em: 13 abr. 2022.

⁴⁸ Disponível em: <https://exame.com/brasil/bolsonaro-sobre-covid-19-nao-vou-sentir-nada-fui-atleta-e-leveifacada/?msckid=85a24022bb3811ec8c4a6a1afe493363>. Acesso em: 13 abr. 2022.

certamente não perderiam a própria vida. Dessa forma, o número de mortos é culpa das próprias pessoas, não da falta de assistência à saúde pública ou da falta de planejamento no enfrentamento à pandemia. Sendo assim, falas deste tipo funcionam de modo a desvencilhar o poder público do número de mortos e atingidos pela pandemia. Afinal, se a causa do acometimento da doença é uma questão individual, o Estado nada pode fazer e nada tem a ver com tais números.

Assim, esses enunciados funcionam de modo a abrandar o número de mortos ou a atribuir-lhe outro sentido. Afinal, se essas pessoas em questão já tinham outras comorbidades, a Covid-19 apenas adiantou ou apressou aquilo que já estava destinado a acontecer. Podemos presumir, então, que este efeito de sentido nos leva novamente à ideia do fatalismo. Não é possível fazer nada, essas pessoas já estavam com seu caminho traçado.

Alguns dizeres presentes na memória discursiva de um darwinismo social se atualizam nestes enunciados. Darwinismo social é um termo genérico que designa um conjunto de teorias sociais que se utilizaram de uma interpretação da obra de Charles Darwin, especialmente sua teoria da evolução presente em *A Origem das espécies* ([1859] 2018), para postular que socialmente também sobreviveriam ou teriam mais chances de sobreviver os seres humanos mais aptos ou mais evoluídos.

Uma dessas teorias sociais é a teoria eugênica, que foi bastante difundida e fortemente rechaçada após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), mas que surgira em fins do século XIX, baseada fundamentalmente nas ideias de Francis Galton. Conforme Salgado-Neto e Salgado (2011, p. 227), Galton propôs, a partir de uma livre interpretação das ideias propostas por Darwin, que era possível ao ser humano dirigir sua própria evolução, através de casamentos escolhidos que aprimorariam a genética humana no decorrer das décadas e dos séculos. Ainda segundo os autores (2011, p. 229-230), um dos seguidores dos estudos de Galton, Karl Pearson foi o responsável por, além de estabelecer uma série de cálculos envolvendo a genética e a hereditariedade, afirmar que era “necessário um esquema legislativo para que as raças superiores suplantassem as inferiores”.

Podemos localizar nos enunciados de Bolsonaro uma atualização dessa memória discursiva. A morte é culpa das escolhas de cada um, é algo já dado, são as *pessoas com deficiência, as que têm problema, os idosos* (Sd14). Não é algo que deva reivindicar preocupação. É o destino destas pessoas. Elas são o grupo inferior ao qual Pearson se refere. Aliás, dentro desse funcionamento, tanto melhor que estas pessoas morram, assim, ajudam o grupo superior a aprimorarem o genoma humano, formando uma geração futura de seres humanos mais evoluídos, também a partir de uma concepção de Pearson.

Como já dito, a Eugenia, teoria a que se filiam Galton e Pearson, esteve atrelada à Segunda Guerra Mundial, uma vez que esta concepção foi uma das bases teóricas do Nazismo de Hitler. Mais uma vez, a análise de nossa materialidade discursiva nos conduz ao modo como a FD em que Bolsonaro se insere e com a qual se identifica aproxima-se de regimes fascistas.

Dunker (2020, p. 15), em prefácio à obra de Zizek (2020), ao discorrer sobre a questão da pandemia de Covid-19 no Brasil, já assinalava a existência de políticas públicas em curso que, em muito, aproximavam-se de práticas eugênicas. De acordo com o autor:

temos [em nosso país] a lógica contábil do sacrifício: deixemos os velhos, os incapazes, os inaptos morrerem para que os jovens e produtivos sobrevivam. Não foi por outro caminho que a política de Hitler começou por eliminar doentes terminais e crianças deficientes mentais- porque elas eram um peso para o Estado. (DUNKER, 2020, p. 15)

Dentro de uma ideologia capitalista, em que tudo há de ter preço, utilidade e gerar determinado lucro, também as pessoas se tornam objetos, itens de consumo. Também elas têm que produzir algum excedente. Quando não o fazem ou quando o fazem de maneira reduzida, como poderiam ser o caso dos doentes, que se afastam do trabalho e são assistidos por auxílio-doença; ou dos deficientes, que muitas vezes não exercem qualquer prática laboral; ou dos idosos, que sobrecarregam a previdência social; é melhor que sejam eliminados, afastados do grupo.

Entendemos que essa individualização da morte é mais um dos aspectos de funcionamento do negacionismo em relação à pandemia de Covid-19, pois, embora tais enunciados não produzam negações diretas e nem façam objeção ao fenômeno da pandemia em si, eles produzem um efeito de sentido que justifica a inoperância do Estado no que tange ao enfrentamento à Covid-19. Quando relativiza a crise sanitária e atribui às pessoas a necessidade particular de cuidar de si, culpabilizando as vítimas pela sua própria morte, impõe às pessoas o dever de prezar cada um por sua própria saúde, pela sua própria vida e desobriga o governo de promover políticas públicas de enfrentamento à pandemia.

4.2.3 O negacionismo e a manutenção da figura do mito

Na campanha eleitoral de 2018, Bolsonaro construiu para si a figura do mito, termo pelo qual seus seguidores passaram a designá-lo efusivamente. O mito, que possui uma origem na literatura e na filosofia para designar aquilo que flerta com o surreal, aqui é usado no sentido de incrível, de admirável. Essa construção imaginária utilizada durante as eleições à presidência permaneceu sofrendo uma manutenção durante todo o seu mandato e isto inclui a própria gestão da pandemia. Assim, em nosso exercício de análise, vemos que, durante vários momentos em que se pronunciava acerca da pandemia de Covid-19, o presidente produzia, de modo parafrástico, referências a si mesmo e alimentava aquilo que chamaremos de manutenção da figura do mito. Vejamos:

Sd 17: O que está em jogo? É uma disputa política por parte desses caras, eu estou sozinho em um canto, apanhando de todo mundo. Grande parte da mídia, não são todos, muitos governadores, os chefes do Poder Legislativo, que é o da Câmara e o do Senado, batendo o tempo todo, é uma luta de poder. (BOLSONARO, 16/03/2020)⁴⁹.

Conforme é expresso no enunciado acima, o presidente resume a situação pandêmica do país a uma *luta de poder* (Sd17), na qual ele é, substancialmente, a vítima, uma vez que está *sozinho em um canto, apanhando de todo mundo* (Sd17). No centro das preocupações, está a sua posição, o seu cargo de presidente. Ao dizer que é constantemente atacado, busca esquivar-se das críticas e dos questionamentos.

Também se note que, em meio à crise sanitária, pandêmica, em um período de tempo no qual os números de infectados e mortos aumentavam exponencialmente (verificar Anexo I), o presidente expressa preocupação com a sua situação política em jogo. Na mesma entrevista concedida à Rádio Bandeirantes, ele continua:

Sd 18: Essa é a preocupação que eu tenho. Se a economia afundar, afunda o Brasil. E qual o interesse, em parte, com toda certeza, dessas lideranças políticas? Se acabar a economia, acaba qualquer governo. Acaba o meu governo. É uma luta de poder. (BOLSONARO, 16/03/2020).

⁴⁹ Disponível em: <https://www.moneytimes.com.br/seria-um-golpe-isolar-o-chefe-do-executivo-diz-bolsonaro-em-apoio-as-manifestacoes/?msclkid=73c69f14b03b11ec8b149703d62e40bc>. Acesso em: 30 mar. 2022.

Novamente, ele reitera, nos exatos mesmos dizeres, a pandemia não passa de *uma luta de poder* (Sd18). Os esforços feitos pelos governadores, pelos prefeitos, os contingenciamentos, as quarentenas instauradas não passam de estratégia política ou de um plano para acabar com o governo, no caso, o *seu* (Sd18) governo, como ele se refere.

Sua manutenção da figura de mito apresenta duas construções distintas predominantes e, poderíamos dizer, até mesmo antagônicas. Ora coloca-se numa posição de vitimismo, de atingido implacavelmente por aqueles que designou como seus inimigos, isto é, qualquer um que lhe oponha; ora coloca-se numa posição de exemplo a ser seguido e de líder natural, dotado de coragem e força. Podemos ver essas construções nos enunciados a seguir:

Sd 19: É meu dever impedir que o pânico tome conta do País, o que complicaria ainda mais a situação. É com esse objetivo, de mostrar que superaremos este obstáculo, que tenho tratado a questão com coragem e tranquilidade. De forma alguma usarei do momento para fazer demagogia. (BOLSONARO, 21/03/2020)⁵⁰.

Sd 20: A economia não roda dessa forma. Vai faltar dinheiro para pagar salário de servidor público e o Brasil está mergulhando num caos. Quero crer que não seja apenas uma vontade desses políticos, que não vou nominar aqui, de querer abalar a Presidência da República. Não vão me tirar daqui. (BOLSONARO, 19/04/2020)⁵¹.

Sd 21: Luto para fazer a minha parte, mas não posso assistir calado enquanto direitos são violados e ideias são perseguidas. Por isso, tomarei todas as medidas legais possíveis para proteger a Constituição e a liberdade do dos brasileiros. (BOLSONARO, 16/06/2020)⁵².

Sd 22: Tenho, como chefe de Estado, que tomar decisões que não me deixaram tomar. O que faltou para nós não foi um líder, mas deixar o líder trabalhar. (BOLSONARO, 10/11/2020)⁵³.

⁵⁰ Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/coronavirus/bolsonaro-diz-que-reconhece-seriedade-da-covid-19,c69375a2a5a1c7a0fee4cf7b5fd75398951j98k3.html?msclkid=11d41f3dbb5111ecb6f0d7708d67a69e>. Acesso em: 13 abr. 2022.

⁵¹ Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/noticias/politica-e-poder/presidente-critica-politicos-e-diz-nao-vao-me-tirar-daqui/?msclkid=4a4e51adbb5311ec940aa3dd39e34ea6>. Acesso em: 13 abr. 2022.

⁵² Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/noticias/politica-e-poder/nao-posso-assistir-calado-enquanto-direitos-sao-violados-escreve-bolsonaro/?msclkid=8f49e76fbb5411ec9d68761fad4d4ab3>. Acesso em: 13 abr. 2022.

⁵³ Disponível em: <https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/saude/tem-que-deixar-de-ser-um-pais-de-maricas-diz-bolsonaro-sobre-covid-19,0bc53e7fe46eb12fa9689ea4c09533d2yxs9j910.html?msclkid=0289beb6bb5511ec85f3296f294a6985>. Acesso em: 13 de abr. 2022.

Logo, nessas Sds podemos localizar a manutenção dessa figura de liderança, exemplo de coragem, que atribui a si mesmo. Importante apontar como, em meio a uma crise sanitária de proporções internacionais, o presidente ao mencionar tal situação encontra condições para exaltar sua figura de mito, construída durante a campanha presidencial de 2018, e para atacar aqueles que considera como oposição.

Entendemos que esses enunciados constituem parte de um discurso negacionista, pois ao reduzir a crise sanitária a uma questão de jogo político, está subestimando os efeitos da pandemia, além de deixar de encarar a crise como sendo de saúde pública, para julgá-la como um artifício de uma trama política para retirá-lo do cargo. A manutenção da figura do mito encontra sentido e rememora a apreciação à figura do líder, tão característica das FDs fascistas⁵⁴, e nesse caso, em específico, funciona para mobilizar sentidos de que a pandemia não é uma crise de saúde pública, mas um ataque político, de modo que ainda que milhares estejam morrendo, o importante é salvar a imagem do presidente e conservar o seu cargo.

⁵⁴ Piovezani, na sua obra *A linguagem fascista*, discute com maior profundidade como e por que há uma prevalência na construção de figuras centrais em governos fascistas (Duce, Führer, Mito).

5 NEGACIONISMO E NEOLIBERALISMO

Quando passamos, no decorrer dos capítulos, pudemos verificar que a promoção de uma negação, apresentada em diferentes formas e construções, textuais e discursivas, é um funcionamento que se repete excessivamente. Esse excesso coloca-nos a pensar em lugar de que este funcionamento estaria em voga. Ou, dito de outra maneira: para que negar a pandemia de tantas e diferentes formas? Não se trata, como já vimos, de uma discussão de caráter científico. Portanto, de que se trataria?

Nesse processo, encontramos termos recorrentes nas falas do presidente, como *povo* e *economia*. Essas palavras, mobilizadas dentro dessa formação discursiva de extrema direita, que flerta com o fascismo, conforme atestam Indursky (2020, p. 368) e Piovezani (2020, p. 245), adquirem novos funcionamentos, mobilizam sentidos outros, principalmente relacionados à manutenção da economia. Isto, somado às demais análises que efetuamos, nos conduziu a pensar em uma outra dimensão do negacionismo: a sua função subserviente ao neoliberalismo.

Como vimos nos outros capítulos, muitas das análises feitas nos levaram a isto: a promoção e propagação da ideia do Estado mínimo e o individualismo baseado no ideal meritocrático estão relacionados ao funcionamento do discurso neoliberal.

Isso se torna mais evidente quando nos deparamos com a insistência e a prevalência do uso da palavra *povo* nos enunciados do presidente sobre a pandemia. É o que acontece nas SDs a seguir:

Sd 23: Não vou viver preso dentro do Alvorada. Se eu resolvi apertar a mão do *povo*, é um direito meu, eu vim do *povo*. Tenho obrigação de saudar o *povo*. (BOLSONARO, 16/03/2020, grifo nosso)⁵⁵

Sd 24: O *povo* tem que trabalhar ou a fome vem aí. O desemprego é terrível. O Brasil não pode parar. O *povo* tem dito para mim, se é que devemos seguir o *povo* e eu acho que sim, todo mundo está pedindo para trabalhar. (BOLSONARO, 29/03/2020, grifo nosso)⁵⁶.

⁵⁵ Disponível em: <https://www.euqueroinvestir.com/bolsonaro-afirma-em-entrevista-que-coronavirus-preocupa-bastante/>. Acesso em: 04 jan. 2021.

⁵⁶ Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/politica/bolsonaro-contraria-mandetta-divulga-video-com-ambulante-na-rua-e-diz-que-povo-quer-voltar-ao-trabalho/>. Acesso em: 19 jan. 2022.

Quando nos ativemos à repetibilidade da palavra *povo*, verificamos que ela acaba por adquirir diferentes sentidos. Isto nos levou ao estudo acerca da volatilidade da interpretação de Orlandi (2021, p. 1). A autora postula, tendo por base as ideias de Bauman (2001), que também os sentidos estariam diluídos ou dispersos na pós-modernidade, muito em razão das mídias digitais, a este fenômeno denominou volatilidade da interpretação. Nas suas próprias palavras:

A volatilidade da interpretação é a contraparte da diluição do real. Fatos ou eventos se exaurem em versões. Os sentidos não são carreados por nenhum real. Se já trabalhávamos, em Análise de Discurso, com “identidades descartáveis”, temos convivido, contemporaneamente, com “sentidos descartáveis”. (ORLANDI, 2021, p. 5).

Os sentidos estariam, assim, em constante instabilidade, à deriva, adquirindo outras funcionalidades, na medida em que são mobilizadas dentro de posições-sujeito, formações discursivas e/ou condições de produção determinadas.

Foi isso que verificamos funcionando na palavra *povo* que é constantemente enunciada pelo presidente. Esses conceitos foram buscados, decorrente do exercício de nossa análise, através dos caminhos que a materialidade discursiva ia nos indicando. Todavia, achamos necessário explicar minimamente alguns aspectos teóricos. Cabe agora, apresentarmos as análises que nos trouxeram até aqui.

Ao analisarmos enunciados do presidente sobre a pandemia, a fim de investigar aspectos do seu funcionamento, deparamo-nos com a pertinência do uso do termo *povo*, produzindo diferentes efeitos de sentido.

Conforme observado por Indursky (1995, p. 101), ao pesquisar o discurso presidencial militar brasileiro, a palavra *povo* adquire diferentes funcionalidades. O mesmo acontece no discurso do presidente e seus membros de governo.

A fim de apresentarmos os diferentes funcionamentos que *povo* adquire nesses enunciados os organizamos em categorias:

Quadro 1 – Diferentes sentidos da palavra *povo* nos enunciados de Bolsonaro

Povo 1	Seguidores do presidente
Povo 2	Trabalhadores subservientes
Povo 3	Classes populares
Povo 4	Grupos discordantes

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Povo 1- Seguidores do presidente

O primeiro funcionamento que encontramos e o de maior repetição é o uso do termo *povo* para referir-se, conforme Indursky (2020, p. 369), aos seguidores do presidente. Observemos o enunciado a seguir:

Sd 23: Não vou viver preso dentro do Alvorada. Se eu resolvi apertar a mão do *povo*, é um direito meu, eu vim do *povo*. Tenho obrigação de saudar o *povo*. (BOLSONARO, 16/03/2020, grifo nosso)⁵⁷.

Quando questionado por descumprir o distanciamento social, medida de prevenção à Covid-19, ao atender e cumprimentar a população que se aglomerava no palácio da Alvorada, Bolsonaro utiliza o termo *povo* como justificativa. Não importa que tenha descumprido medidas sanitárias, se o fez, foi em boa razão, foi em nome do *povo*. Dessa forma, a vontade popular, legitimaria sua ação.

Nesse enunciado, faz-se presente um deslizamento do sentido de *povo*. O presidente utiliza a insígnia de *povo*, uma vez que remete à multidão, maioria, para sustentar que ele próprio veio do *povo* e, acrescenta, desenhando pretensa humildade, que por isso mesmo tem obrigação de saudar o *povo*. Constrói assim a imagem de líder popular, representante das massas e do *povo* (enquanto coletividade de brasileiros).

Todavia, os sujeitos que cumprimenta no palácio da Alvorada não constituem a pluralidade do *povo*: é um grupo restrito composto por parte de seus eleitores. São, conforme Indursky (2020, p. 369) explica, seus seguidores, a quem “o capitão tem tempo para parar no que se convencionou chamar de ‘cercadinho’, sorrir e dizer algumas palavras, criticar a imprensa e atacar a oposição”. Esses seguidores é que constituem o *povo*, o qual o presidente menciona. Utiliza-os para produzir uma ideia de popularidade, a qual não possui⁵⁸, e para mantê-los firmes na defesa de seu governo e de suas ações, em manifestações presenciais ou nos meios digitais.

⁵⁷ Disponível em: <https://www.euqueroinvestir.com/bolsonaro-afirma-em-entrevista-que-coronavirus-preocupa-bastante/>. Acesso em: 4 jan. 2021.

⁵⁸ Conforme o jornal *El País*, em pesquisa realizada em novembro de 2021, cerca de 59,7% da população considerava a gestão de Bolsonaro ruim ou péssima. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-11-29/aprovacao-a-bolsonaro-cai-para-29-nivel-mais-baixo-desde-o-inicio-do-governo.html>. Acesso em: 13 jan. 2022.

Dessa forma, explora-se o uso convencional de *povo*, no sentido de todos, para referir-se a alguns poucos. Este uso constrói ainda a ideia de que é emergido do *povo*, da coletividade, das classes populares, inculcando a si mesmo um lugar de fala em nome deste *povo*.

Indursky (1995, p. 105), em seu estudo sobre a fala dos ditadores militares, descreve que o funcionamento de Povo 1 representa os apoiadores da Revolução, aqueles que eram favoráveis ao Golpe de 64, partes efetivas da sociedade que contribuíram para isso, tal como as forças armadas e os grandes latifundiários. Assim, em Povo 1, os enunciadores, os ditadores, colocam-se como porta-voz desse grupo, falando em nome dele, representando seus interesses. O mesmo não acontece nos enunciados de Bolsonaro. Aqui Povo 1 não são seus apoiadores. Conforme explica Indursky (2020, p. 368), há uma diferença entre os apoiadores do presidente e os seus seguidores. De acordo com a autora, os apoiadores seriam aqueles que têm seus interesses atendidos pelas ações do governo. São aqueles que “alavancaram, com seu poder econômico, o capitão à presidência e o mantêm lá. Eles se guardam cuidadosamente à sombra” (INDURSKY, 2020, p. 368).

Assim, diferentemente do que Indursky (1995, p. 103) identificou no seu estudo acerca do funcionamento da palavra *povo* no discurso presidencial da III República, em que Povo 1 era utilizado para referir-se aos apoiadores dos presidentes-ditadores, nos enunciados proferidos por Bolsonaro, observamos que Povo 1 designa seus seguidores, não seus apoiadores. Importante apontar que, no uso de Povo 1, Bolsonaro não fala em nome desse *povo* (seguidores), ele fala sobre esse *povo*. Indursky (2020, p. 368) assim define esse segundo grupo que apoia o presidente:

Os seguidores, ao contrário dos apoiadores, são extremamente visíveis e ruidosos. Exibem-se vestidos de verde e amarelo, como os torcedores brasileiros durante a copa do mundo. Apropriaram-se da bandeira do Brasil e a agitam, em suas manifestações, como se fosse a bandeira de seu clube. Gritam frases pré-fabricadas, cujo efeito de sentido é sempre o mesmo: “Bolsonaro, eu te amo!”, “Mito!”.

A autora ainda nos lembra, mais adiante (2020, p. 369), que estes seguidores correspondem aos bons sujeitos, que Pêcheux (1997, p. 215) menciona em *Semântica e Discurso*. Estão plenamente identificados com essa FD de extrema-direita ou uma formação discursiva neoliberal, pois, como pudemos ver, dadas essas condições de produção, ambas mantêm relação entre si. De forma que, quando Bolsonaro fala sobre esse povo está também, em parte, falando em nome desse povo, uma vez que o interesse desse povo é inteiramente o

seu próprio: mantê-lo na presidência o quanto for possível, afrontar os opositores e defendê-lo indefinidamente.

Já quando o presidente fala sobre seus apoiadores, grandes empresários, latifundiários e industriais, não os refere como *povo*, talvez porque concorde, ainda que inconscientemente, que eles não compõem uma coletividade de brasileiros. É em nome do interesse de alguns que Bolsonaro fala e não do *povo*.

Povo 2 – Trabalhadores subservientes

O segundo funcionamento da palavra *povo* que encontramos é aquele em que o referente se torna a classe trabalhadora. Veremos:

Sd 24: O *povo* tem que trabalhar ou a fome vem aí. O desemprego é terrível. O Brasil não pode parar. O *povo* tem dito para mim, se é que devemos seguir o *povo* e eu acho que sim, todo mundo está pedindo para trabalhar. (BOLSONARO, 29/03/2020, grifo nosso)⁵⁹.

Na sequência acima, *povo* tem um efeito parecido com o que acontece em Povo 1. Funciona pela lógica da maioria, sugerindo um sentido de totalidade. Nesse caso, para expressar um desejo muito peculiar: o de poder trabalhar em meio à pandemia.

À época, alguns estados e municípios brasileiros estavam aplicando através de decretos o *lockdown*, e aplicando o trabalho, na medida em que possível, em *home office*. Além disso, medidas de distanciamento social reduziram o número de pessoas possível em estabelecimentos públicos, comerciais e industriais. Isso reduziu as forças produtivas e, por consequência, as lucrativas dessas instituições. No mês de março, também cresceu exponencialmente o número de infectados pelo Covid-19 e ocorreram as primeiras mortes no país. Ainda não havia prenúncio qualquer de remédio ou vacina para a doença, por parte da ciência. Apesar disso, conforme sugere o presidente, o *povo* estaria assíduo para voltar a trabalhar.

A vontade do povo mistura-se com a dele. Logo, no início de sua fala, afirma imperativamente: *o povo tem que trabalhar* (Sd24). Emenda então: *ou a fome vem aí* (Sd24). Na sua lógica binária, se o povo trabalha não há fome. Se há fome é porque o povo não trabalha. Trata-se do raciocínio meritocrático funcionando aí. Assim, quem tem que acabar

⁵⁹ Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/politica/bolsonaro-contraria-mandetta-divulga-video-com-ambulante-na-rua-e-diz-que-povo-quer-voltar-ao-trabalho/>. Acesso em: 19 jan. 2022.

com a fome são os próprios trabalhadores trabalhando. O Estado nada teria a ver com o problema.

O enunciado *o povo tem que trabalhar* (Sd24) evoca sentidos de transparência, de obviedade. Soa como natural: a função do povo é trabalhar. O presidente atribui a esse grupo a responsabilidade de sua subsistência e utiliza um argumento ameaçador *ou a fome vem aí*. Dada a identificação do sujeito com uma formação discursiva capitalista, parecem óbvios estes sentidos que são fundados na ideia de um fetichismo da mercadoria. *O povo tem que trabalhar*, afinal ele é escravo da mercadoria, a que predomina nesta relação. Não é a mercadoria (que cabe lembrar: nada mais é do que um objeto) que tem que se adaptar às condições humanas, como uma crise sanitária, mas é a classe trabalhadora que tem que se adaptar às condições mercadológicas. Essa condição em que a mercadoria ocupa uma posição de privilégio em relação às pessoas, que é produzida pelo fetichismo da mercadoria, soa como algo óbvio, natural.

Adiante, no enunciado, o presidente continua e reitera, é preciso não parar, e afinal *o povo tem dito* (Sd24) e *todo mundo está pedindo pra trabalhar* (Sd24). De novo, tal como acontece em Povo 1, em Povo 2, a vontade do *povo* funciona como soberana. Em nome de Povo 2, pode-se abandonar todas as medidas de distanciamento e quarentenas, pois é a vontade do *povo* voltar a trabalhar. Coincidentemente, a vontade do *povo* também é a vontade dos seus apoiadores. Afinal, sem a força de trabalho não há produtividade e lucratividade.

Ainda no enunciado *todo mundo está pedindo pra trabalhar* (Sd24), é possível sim que existam muitas pessoas que estejam pedindo para trabalhar, uma vez que os sujeitos, interpelados ideologicamente, entendem que este é o seu único lugar possível na cadeia produtiva. Conforme o historiador Coggiola (2021, p. 124) nos explica:

Na medida em que os produtos do trabalho do operário separam-se dele e o dominam sob a forma de capital, todo o trabalho aparece para ele como tendo sido realizado pelo capital; o operário só teria realizado uma tarefa subordinada. Consuma-se assim seu acorrentamento total ao capitalismo, pois ao operário parece que só pode trabalhar graças ao capital.

Logo, este seria um outro funcionamento do fetichismo da mercadoria: o de que o Capital possibilita as condições de existência do homem e não o contrário. É em razão desta distorção produzida pelo capitalismo que os sujeitos se sentem dependentes do sistema e que, segundo o presidente, *pedem para trabalhar* (Sd24).

Atendo-nos novamente ao enunciado Sd24, elementos lacunares se fazem presente: o povo quer e/ou tem que trabalhar. Como? De que forma? Com que

distanciamento? Em que regime de carga horária? Em/com que condições? Não há mais detalhes. Não há especificações. Ao que tudo indica, o povo tem que trabalhar de qualquer jeito, mesmo que isso signifique colocar sua vida em risco efetivo de contaminação ou de morte. Enunciados como este serão repetidos parafrasticamente muitas vezes, como podemos ver nas sequências:

Sd 25: Peguem o meu discurso. Não falei nada contra qualquer outro Poder. Muito pelo contrário. Queremos voltar ao trabalho, o *povo* quer isso. Estavam lá saudando o Exército brasileiro. É isso, mais nada. Fora isso é invencionice, tentativa de incendiar a nação que ainda está dentro da normalidade. (BOLSONARO, 20/04/2020, grifo nosso)⁶⁰.

Sd 26: O *povo* tem que voltar a trabalhar, e o cara... quem não quiser trabalhar que fique em casa, porra.(BOLSONARO, 13/05/2020, grifo nosso)⁶¹.

Sd 27: No Brasil, no meu entender, o movimento errado é se preocupar apenas com a questão do vírus, tem o desemprego do lado. A esquerda tá quietinha. O *povo* precisa trabalhar. Ficar em casa pra quem pode, legal, mas quem não tem condições, isso é desumano. O cara tem que trabalhar. (BOLSONARO, 13/05/2020, grifo nosso)⁶².

Embora mobilize a problemática do trabalho apontando para a classe trabalhadora, inculcando a estes a necessidade de retomar a rotina diária, sabemos que a defesa de tais argumentos não está nos interesses das classes populares.

Conforme afirmou em março:

Sd 28: Se nós nos acovardamos, formos para o discurso fácil, todo mundo em casa, vai ser o caos, *ninguém vai produzir mais nada*, desemprego tá aí, vai acabar o que tem na geladeira. (BOLSONARO, 25/03/2020, grifo nosso)⁶³.

Seu real interesse está em ajudar seus apoiadores, estes que precisam da força de trabalhado do povo para continuarem lucrando. É da ordem do inimaginável, do impensável,

⁶⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SoFJR0XSnms&t=563s>. Acesso em: 19 jan. 2022.

⁶¹ Disponível em: <https://youtu.be/IBc0Mz2w1To>. Acesso em: 19 jan. 2022.

⁶² Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/13/quem-nao-quiser-trabalhar-que-fique-em-casa-diz-bolsonaro.htm?msclkid=4bdfaed7ba9711eca4e69cf89bd2a2dc>. Acesso em: 13 abr. 2022.

⁶³ Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/bolsonaro-defende-isolamento-vertical-sugere-que-pais-pode-sair-da-normalidade-democratica-24327058.html?msclkid=11890dc2ba9311eca02cf01e23679636>. Acesso em: 12 abr. 2022.

parar ou diminuir a produção dos bens de consumo em prol da saúde das pessoas. É preciso não frear, em momento algum, é preciso produzir mais e cada vez mais. Nutrir o capital infinitamente.

Tão imprescindível era a retomada da atividade laboral sem restrições que o governo, por meio da Secretaria Especial de Comunicação Social (SECOM), lançou uma campanha publicitária, ao valor de R\$ 4.897.855,00, conforme Barreto e Guimarães (2020, p. 202) que incluiu vídeo⁶⁴ e disparos nas redes sociais com ilustrações sob o slogan “O Brasil não pode parar”.

Figura 2 – Slogan da campanha “O Brasil não pode parar”



Fonte: Revista Veja.⁶⁵

Como lema da campanha há uma personificação. O Brasil estado, país, não pode parar. São lhe atribuídas características e necessidades humanas. Žižek (2020, p. 46), na sua obra *Pandemia: Covid-19 e a reinvenção do comunismo*, observa a ocorrência e a pertinência de tais construções enunciativas que visam a personificar objetos inanimados. De acordo com o autor (2020, p. 46):

Outro fenômeno esquisito que podemos observar [durante a pandemia] é o retorno triunfal do animismo capitalista, em que se tratam fenômenos sociais, tais como mercados ou o capital financeiro, enquanto entidades vivas. Ao lermos algumas das principais manchetes da grande mídia, a impressão que fica é que o que realmente deve nos preocupar não são os milhares que já morreram [...] mas o fato de que ‘os mercados estão ficando nervosos’.

⁶⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZdBnmaGLbJ4>. Acesso em: 21 jan. 2022.

⁶⁵ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/radar/governo-federal-lanca-campanha-brasil-nao-pode-parar-nas-redes-sociais/>. Acesso em 12 maio 2021.

É de forma semelhante que se dá o funcionamento do *slogan*. Embora Brasil não represente um mercado especificamente, o sentido de que é preciso esquecer a situação pandêmica e “tocar a vida” permanece igual. É necessário atribuir características humanas a seres não vivos de modo a sensibilizar, produzir empatia, pelo Estado, pelo mercado, pela bolsa de valores. Devemos dispor da nossa vida para salvar coisas sem vida.

Na campanha, a palavra Brasil também funciona como significante deslizante, volátil, conforme os termos de Orlandi (2020, p. 1). O *Brasil* não pode parar, mas qual o referente que é designado por *Brasil*? Quem é o *Brasil* que não pode parar? O próprio vídeo de apresentação da campanha explica:

Sd 29: Para os quase 40 milhões de trabalhadores autônomos, o Brasil não pode parar. Para os ambulantes, engenheiros, feirantes, arquitetos, pedreiros, advogados, professores particulares e prestadores de serviços em geral, o Brasil não pode parar. Para os comerciantes do bairro, para os lojistas do centro, para os empregados domésticos, para milhões de brasileiros, o Brasil não pode parar. (27/03/2020)⁶⁶.

Ao intercalar a mensagem com fotografias de pessoas simples, a comunicação interpelava os sujeitos da classe trabalhadora. Estes, pois, são o *Brasil* que não pode parar. A campanha tinha por objetivo incentivar as pessoas a voltarem para suas atividades habituais. Todavia, não menciona quaisquer medidas preventivas em relação à Covid-19 ou ressalta a problemática situação do momento. Por esta razão, de acordo com Barreto e Guimarães (2020, p. 202), a campanha foi suspensa, em decisão tomada pelo Ministro do STF, Luís Roberto Barroso, que a considerou como tendo um caráter desinformativo, uma vez que poderia sugerir a volta ao trabalho sem que as pessoas se ativessem às restrições sanitárias⁶⁷.

Importante pontuar que a comunicação para incentivar as pessoas a voltarem ao trabalho foi elaborada em fins de março. Já a campanha de conscientização sobre medidas de prevenção a Covid-19 foi promovida no dia 12 de maio de 2020, conforme informações do governo federal⁶⁸. Isso demonstra quais preocupações o governo e seus apoiadores tinham em relação à pandemia. Estando dentro de uma FD neoliberal, a pandemia representava inúmeros

⁶⁶ Trecho transcrito a partir do vídeo mencionado e referido anteriormente.

⁶⁷ Mais informações sobre a decisão, incluindo o pronunciamento do Ministro Luís Roberto Barroso, podem ser encontradas em matéria do site O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/barroso-proibe-governo-federal-de-contratar-campanha-contra-medidas-de-isolamento-na-pandemia-1-24342725>. Acesso em: 27 jul. 2022.

⁶⁸ Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2021/maio/governo-federal-lanca-campanha-de-conscientizacao-sobre-medidas-preventivas-e-vacinacao-contra-a-covid-19>. Acesso em: 21 jan. 2022.

problemas, porém, o mais grave deles seria este: o afastamento da classe trabalhadora das frentes de trabalho. Afinal, é delas que provém o seu lucro.

Assim sendo, chegamos à definição de Povo 2, o *povo*, o *Brasil*, que ilustra uma classe trabalhadora subserviente pronta a atender os interesses do presidente e do seu grupo de governo e apoiadores ao mesmo tempo em que é convocado a submissão. Logo, o povo, enquanto classe trabalhadora, só é reconhecido quando é *dócil, humilde e justo*, em suma: quando é útil às classes dominantes.

Povo 3 – Classes populares

Durante nossa análise, encontramos algumas vezes em que o presidente se refere às classes populares, aquelas que compõem a maior parte da população brasileira e que possuem menor renda financeira. Essa coletividade que poderia ser entendida como povo, obtém outras nomenclaturas. Veremos:

Sd 30: Até porque o brasileiro precisa ser estudado. Ele não pega nada. Você vê o cara pulando em esgoto ali. Ele sai, mergulha, tá certo? E não acontece nada com ele. (BOLSONARO, 26/03/2020)⁶⁹.

No enunciado em questão, o presidente volta a justificar o porquê de não ser necessário a população ter pânico em relação à pandemia. Quando questionado por jornalistas se a emergência sanitária no Brasil poderia chegar a mesma situação de outros países como a Itália, à época, epicentro da pandemia no mundo, o presidente respondeu que isso não aconteceria graças às características do brasileiro.

Da mesma forma que usamos “o homem” para nos referirmos à humanidade, “o brasileiro” aqui funciona para referir-se às classes populares do país. Se considerarmos que as classes populares compõem o *povo*, o *brasileiro* estaria aqui significando como o *povo brasileiro*. Na fala em análise, o *brasileiro* é aquele sem acesso a saneamento básico, sem acesso a este direito fundamental e, mesmo assim, tudo isso não lhe faz falta. Tomemos as formações imaginárias, tal como definidas por Orlandi (2005, p. 40), como ponto de análise. As formações imaginárias são projeções que os sujeitos elaboram acerca de si, do outro e do objeto do discurso, de forma que através das formações imaginárias o sujeito empírico assume uma determinada posição sujeito. Por esta razão, como ilustra a autora (2009, p. 40-41), nem

⁶⁹ Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/03/26/bolsonaro-brasileiro-nao-pega-nada-pula-no-esgoto-e-nao-fica-doente.ghtml>. Acesso em: 01 mar. 2022.

sempre o discurso que parte de um operário será um discurso do operariado. Muitas vezes, o operário poderá falar do lugar do patrão. Assim, torna-se necessário verificar nas circunstâncias da enunciação as imagens que os locutores fazem de si, de outrem e do objeto de seu discurso. Com base nisso, questionamos: Quem é *o brasileiro* a que o enunciado se refere? É aquele sem acesso aos direitos mais básicos e fundamentais. Aquele que convive com esgoto a céu aberto. E mais: é aquele que sobrevive sem os direitos básicos e, por isso mesmo, merece ser estudado, nas palavras do presidente. Dentro da FD de extrema direita com a qual o presidente se identifica, de um nacionalismo amante dos Estados Unidos e de qualquer outra nação ícone do capitalismo, o brasileiro é apenas este indivíduo pequeno e alheio aos direitos.

Como *o brasileiro pula no esgoto e não acontece nada* (Sd30), não é preciso, portanto, fazer nada por ele. Se *o brasileiro* sobrevive diante das maiores adversidades, por que precisaria de ajuda em meio a uma pandemia? Há o funcionamento de um fatalismo neste enunciado. Não há, pois, o que possa ser feito. *O brasileiro* é um sobrevivente, ele resistirá sem a necessidade de que medidas sejam tomadas. Permeia também uma ideia eugênica neste enunciado: em não lhes dando assistência médica ou sanitária, sobreviverão os mais fortes. Importante apontar a relação da lógica eugênica com a FD capitalista, na medida em que reduz o ser humano à máquina. Se é produtivo (tal como uma máquina), admite-se sua existência; não sendo produtivo, merece ser descartado (tal como uma máquina que se avaria). Novamente voltamos às contradições do capital, nas quais o homem é desumanizado, é tornado máquina, objeto; e a mercadoria é humanizada, é ela que mantém as relações sociais funcionando, é ela que orienta as ações humanas, parecendo possuir efetivamente mais vida do que o próprio ser humano.

Ainda no que se refere à Sd 30, funciona, neste enunciado, uma certa jocosidade que tripudia do sofrimento e desamparo de milhões brasileiros. O fato de muitos viverem sem direitos fundamentais não é, de forma alguma, motivo de preocupação ou consternação. É razão de riso, escárnio e usada como justificativa para explicar como não é preciso fazer nada pelo *brasileiro*.

Importante também nos atentarmos para a escolha lexical. Quando se refere às classes populares não usa o termo *povo*, prefere modalizá-lo para *o brasileiro*. Entretanto, entendemos que este significante faz referência ao *povo*, razão esta pela qual colocamos *o brasileiro* como parte desta categoria de análise. Conforme observado por Indursky (2020, p. 370), ao falar sobre as classes mais pobres, o presidente hesita em nomeá-los como povo na

reunião ministerial de 22 de abril de 2020. Titubeante, termina por defini-los como “porcaria”.

Portanto, é uma dificuldade de o sujeito enunciador dirigir-se às classes populares, às classes trabalhadoras, às massas, à coletividade como um *povo*. Esses são *os brasileiros* (Sd30), *os porcarias*, mencionados no trabalho de Indursky (2020, p. 370). O *povo* a quem o presidente se refere não são as classes populares, são seus seguidores ou os trabalhadores subservientes. A propósito, ele representaria estes grupos a quem os define como *povo*?

Povo 4- Grupos discordantes

Além das formulações que designam os apoiadores/seguidores e a classe trabalhadora servil, deparamo-nos com e existência de um outro grupo, que abarca aqueles com interesses divergentes em relação aos interesses do presidente e do seu grupo de governo.

Fazem parte dos grupos discordantes, assim, aqueles que divergem dos enunciados e das propostas apresentadas pelo governo. Dessa forma, o modo como são enunciados pelo capitão e por sua equipe divergem dos outros grupos já apresentados. Vejamos:

Sd 31: Tem que deixar de ser um país de *maricas*. (BOLSONARO, 10/11/2020, grifo nosso)⁷⁰.

Sd 32: Graças a vocês que não pararam, nós da cidade continuamos sobrevivendo. Se o fique em casa, a economia a gente vê depois fosse aplicada no campo, teríamos desabastecimento, fome, miséria e problemas sociais. Parabéns a vocês que não se mostraram *frouxos* na hora da angústia, como diz aqui a passagem bíblica. (BOLSONARO, 18/11/2020, grifo nosso)⁷¹.

Nesses enunciados, podemos observar como são mencionados aqueles, os quais não são apoiadores ou seguidores do presidente. Aqueles que não são a força de trabalho solícita e submissa ao mercado, aqueles que não possuem uma “utilidade” já prevista, sequer são chamados de povo. São os *maricas* (Sd31) e os *frouxos* (Sd32).

⁷⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/10/bolsonaro-diz-que-brasil-tem-de-deixar-de-ser-pais-de-maricas-e-enfrentar-pandemia-de-peito-aberto.ghtml?msclkid=3ffcb340a85211ecb97a78a2d3204721>. Acesso em: 20 mar. 2022.

⁷¹ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/11/18/bolsonaro-diz-que-homem-do-campo-trabalhou-e-nao-foi-frouxo-na-pandemia.htm?msclkid=4c21df68a85311ecab64721bc6560e10>. Acesso em: 20 mar. 2022.

Segundo o dicionário online⁷², *maricas* é uma gíria para designar, em primeiro sentido, aquele que é homossexual e, em segundo sentido, aquele que é repleto de covardia. O dicionário explica que se trata de um termo pejorativo. Assim, aqueles que divergem dos interesses do presidente e seu grupo de governo, não compondo o grupo Povo 1, e aqueles que não se colocam como corpos servís ao trabalho como em Povo 2, são tratados pejorativamente como *maricas*. Importante que, dada a FD a qual o sujeito enunciador está inserido, conservadora, religiosa, preconceituosa em relação aos sujeitos LGBTQIA+, o termo *maricas* funciona como crítica e insulto. Visa a designar aquele que diverge, que é dissidente dos interesses próprios do governo, como estranho, esquisito, errado ou doente. Mas há mais ainda nisso. *Maricas* funcionaria para designar aquele que é afeminado, e, dentro da lógica binária presente na FD, ou o sujeito é heterossexual e, portanto, corajoso, valente e rude; ou ele é homossexual e covarde, amedrontado e gentil. Logo, *maricas* funciona como ofensa, dentro da lógica proposta pela FD, e funciona também como um modo de nomear aqueles discordam das políticas adotadas como covardes.

A palavra *frouxos* (Sd 32) funciona da mesma forma, ainda que nesta não se encontre uma crítica à comunidade LGBTQIA+. Assim, aqueles que apoiam ou são de alguma forma úteis aos interesses do presidente e seu grupo de governo são denominados de *povo*. Eles sequer podem ser entendidos como parte do *povo*. Aqueles que não necessariamente se opõem, mas não se encaixam nas primeiras opções, são os *maricas* e os *frouxos*. São todos covardes. Como se estivéssemos em uma guerra e estes fossem os desertores.

Sendo assim, pudemos ver como, nesses enunciados em que se refere à Covid-19, o sujeito enunciador aproveita-se do termo *povo* para designar e subverter seu sentido (de multidão) para descrever apenas aqueles que, de alguma forma, atendem a interesses seus e do grupo que representa.

Ao percebermos diferentes funcionamentos da palavra *povo*, acabamos por concluir que esses múltiplos efeitos de sentido também convergiam para produzir diferentes sentidos da palavra *economia*.

Por vezes, o presidente recorre à *economia* para justificar a necessidade de se manter a *normalidade*. É o que acontece nos seguintes enunciados:

⁷² Disponível em: <https://www.dicio.com.br/maricas/>. Acesso em: 18 jun. 2022.

Sd 33: Você cancelar jogos de futebol contribui para o histerismo. A CBF poderia pensar em vender uma carga de ingressos de acordo com a capacidade dos estádios. Porque cancelar não vai conter o vírus. A economia não pode parar. Vai gerar desemprego. (BOLSONARO, 15/03/2020)⁷³.

Sd 34: A economia está reagindo, peço a Deus que a gente volte à normalidade e que não inventem a partir do ano que vem, depois das eleições, novos confinamentos, novos lockdowns. (BOLSONARO, 05/11/2020)⁷⁴.

Sd 35: É desesperador o que a gente vê, principalmente com alguns trabalhadores informais. Levaram uma paulada na testa por causa das medidas de alguns governadores, que deram remédio exagerado. Meu entendimento é que poderiam estar trabalhando. Sempre defendi de forma diferente o isolamento. (BOLSONARO, 02/04/2020)⁷⁵.

Nesses enunciados, vemos funcionar novamente aquilo que foi apontado por Žižek (2020, p. 46): a personificação da economia. O fetichismo da mercadoria funciona de modo tão transparente que, ainda que exista uma pandemia em curso, milhares aguardando leitos em hospitais, o que acaba por ser discursivizado é que *a economia está reagindo* (Sd34, grifo nosso).

Ainda neste enunciado (Sd34), há um rogo a Deus para que se volte à *normalidade*. Poderíamos questionar: o que é a normalidade? E estamos na dependência de uma força divina para nos proteger deste caos? E, se temos de voltar a uma determinada normalidade, é por que não estamos nela? Ora, pois realizar distanciamentos sociais e medidas cautelares de prevenção, com vistas a evitar a morte de milhões seria algo anormal? Ao que tudo leva a crer, parece que sim. Dentro de uma formação discursiva de extrema-direita que congrega saberes de uma formação discursiva neoliberal, o que há de ser a *normalidade*? Certamente corresponde à espoliação plena das classes trabalhadoras, do subterfúgio da exploração da mais-valia. Também, certamente, a normalidade inclui o amplo e livre comércio que fará as mercadorias circularem com tranquilidade, enquanto aguardam ser adquiridas por justamente aqueles que as produziram. É essa normalidade que se pede a *Deus* (Sd34) que retorne. É inadmissível que haja o mínimo de preocupação com a vida do

⁷³ Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/03/15/interna_politica,834482/em-entrevista-bolsonaro-critica-histeria-pelo-coronavirus.shtml. Acesso em: 01 mar. 2022.

⁷⁴ Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2020/11/05/nao-inventem-lockdown-apos-as-eleicoes-diz-bolsonaro.htm?msclkid=93db7e7fbb2811eca297f8e0a5922b77>. Acesso em: 13 abr. 2022.

⁷⁵ Disponível em: <https://www.portalalerta.com.br/index.php/2020/04/03/bolsonaro-nega-demissao-mas-diz-que-falta-humildade-a-mandetta-teria-que-ouvir-mais-o-presidente/?msclkid=514ae3a7bb2911ecab474c2c1de34b5c>. Acesso em: 13 abr. 2022.

trabalhador. É inadmissível que existam medidas de prevenção a uma pandemia que, por coincidência, esbarrem e dificultem a circulação das mercadorias.

Podemos ver o uso do termo *economia* e como ele funciona de modo a interpelar todos e quaisquer sujeitos, afinal de contas, todos se sentem como fazendo parte desta estranha engrenagem. Além disso, conforme já mencionado, o sujeito membro da classe trabalhadora entende-se como dependente do capital, é sujeito ao sistema capitalista. Por esta razão, a ideia de que *a economia não pode parar* (Sd33) interessa e interpela a todos, uma vez que todos se veem fazendo parte da *economia*.

Entretanto, quando pensamos na volatilidade do discurso (ORLANDI, 2021, p. 5), podemos ver que a *economia* promove um deslizamento dos sentidos. Congrega a todos, como já dissemos, mas, no entanto, o interesse que *a economia não pode parar* (Sd33) pertence aos detentores do capital, pois se a classe trabalhadora não produz as mercadorias, a classe dominante não tem de onde extrair seu lucro que a mantém como dominante. Dito de outra forma, há uma flutuação do sentido na medida em que para a classe trabalhadora *a economia não pode parar* (Sd33) produz um sentido de que é necessário a economia para manter nossas condições mínimas de vivência; enquanto para a classe dominante *a economia não pode parar* (Sd33) refere-se ao lucro que não pode parar. Essa diferença de sentido da palavra *economia* pode ser identificada no quadro abaixo:

Quadro 2- Diferentes sentidos da palavra *economia*

Economia para o povo	Economia para as classes dominantes
é necessária a economia para manter nossas condições mínimas de vivência	é necessária a economia pois a produção do lucro não pode parar

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Nesse campo dual, é importante destacar a posição sujeito daqueles que são micro-empresendedores e/ou autônomos, pois podem identificar-se com muitas questões relacionadas às classes dominantes, como a necessidade de não parar a produção, porém, cabe salientar, que esses grupos assim o fazem porque o seu lucro é a sua condição mínima de subsistência, de modo que, materialmente falando, eles encontram-se como sendo parte do povo e não das classes dominantes.

Os sentidos de *economia*, assim diluídos, parecem congregam interesses em comum, unindo as diferentes classes em prol do que seria um “bem comum” (a manutenção da economia), enquanto mascara as contradições de classe e os reais interesses que serão efetivamente atendidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: ATANDO AS PONTAS

Buscando elaborar alguma formulação em tom de fecho, pensamos que seja propício elaborar uma síntese daquilo que observamos com maior minúcia nos capítulos anteriores. Para tanto, imaginamos que uma boa maneira de conduzir esta síntese seja retomando as questões que nos fizemos quando no início desta pesquisa e deste texto. Tal qual Bento Santiago⁷⁶, que, ao fim da vida, almejava retornar à adolescência, atando as pontas da vida, também nós pretendemos atar, à medida que possível, as pontas desta dissertação. A fim de cumprirmos esse intento, retomaremos as questões iniciais da introdução deste trabalho.

O que seria o negacionismo? Seria um fenômeno próprio da contemporaneidade?

Pelo que pudemos verificar ao longo deste processo de pesquisa e análise, o negacionismo é um movimento que congrega pessoas e instituições e que visa a negar, discutir, desacreditar ou suplantando determinada questão ou assunto. O negacionismo possui dimensões materialmente práticas, como a escolha pela não vacinação das crianças, por exemplo, e possui dimensões também textuais e discursivas.

Todavia, o negacionismo não é um fenômeno próprio da contemporaneidade. Como vimos, há outros episódios ao longo da história em que esse movimento se fez presente, cada qual, com sua própria dimensão dadas as condições de produção de cada momento. Em comum, todos promovem silenciamentos a fim de produzir a manutenção de alguma forma de poder.

Observamos também que, muitas vezes, os negacionismos não têm por foco a questão a que efetivamente se propõem. Relembremos Galileu (1564-1642) e a Teoria do Heliocentrismo. O que estava em jogo não era a posição da Terra em relação ao Sol, mas que situação ficaria a Igreja Católica caso ficasse comprovada a teoria. O problema em relação a Galileu não era o seu objeto de pesquisa, mas o que a sua descoberta científica poderia produzir substancialmente: um abalo numa das instituições mais poderosas do mundo antigo. Importante mencionar que Galileu não foi o criador da Teoria do Heliocentrismo. Esta já havia sido postulada e proposta por outros cientistas, como, por exemplo, por Nicolau

⁷⁶ Personagem da obra Dom Casmurro (1899) do romancista Machado de Assis.

Copérnico (1473-1543), que, apesar da evidente oposição da Igreja Católica, não foi condenado nem punido formalmente durante sua vida. A Teoria Heliocêntrica foi considerada herege e condenada pelo Papa Urbano VIII, em 1633. Todavia, a condenação possuía muito mais relação com Galileu, que trouxera novamente a teoria à tona, do que com Copérnico, já falecido. A questão é que, embora Copérnico tenha sido rechaçado pela Igreja, Galileu propôs o modelo heliocêntrico justamente no período em que a Igreja Católica passava por um momento difícil, a Contrarreforma. Portanto, àquela altura, diante da enorme cisão que a Igreja sofria, da série de questionamentos provocados pelos protestantes, um questionamento a mais seria inaceitável.

Ademais, no que tange aos outros dois períodos históricos que trouxemos nesta dissertação, a Gripe Espanhola (1918-1920) e a epidemia de meningite ocorrida durante o período da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), observamos aspectos que tratam de um negacionismo que não se dá pela promoção discursiva de negações ou oposições, mas que opera pelo silenciamento e pela censura. Era preciso silenciar a existência de uma pandemia em curso em 1918, pois era necessário manter as máquinas da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) funcionando. Da mesma forma, era preciso silenciar a epidemia de meningite num país que se prometia tornar primeiro mundo muito em breve. Estes dois exemplos mostram-nos a eficiência das democracias liberais que funcionam, efetivamente, como ditaduras da burguesia, nas quais os trabalhadores são utilizados como meros instrumentos para manter suas máquinas girando, quaisquer que sejam, as de guerra ou as que produzem mercadorias.

Pensando as correlações entre os velhos e os novos negacionismos, cabe ressaltar aqui que, nos desdobramentos desta pesquisa, quando nos debruçamos acerca da questão da cloroquina, fomos surpreendidas com relação a sua história de descoberta e tudo que essa história pode nos contar sobre o negacionismo. Ocorre que a cloroquina ou algo bastante similar a este composto, já era conhecido e utilizado amplamente em vários lugares do mundo no tratamento contra a malária. Todavia, somente em 1934, a cloroquina foi “descoberta” e patenteada pela farmacêutica alemã Bayer. Conforme Corrêa, Vilarinho e Barroso (2020, p. 16), o medicamento foi amplamente utilizado durante a Segunda Guerra Mundial, inicialmente pelas tropas alemãs e depois obtendo difusão entre outros grupos. Durante a guerra, as tropas caíam muito em razão de enfermidades provocadas pelas condições insalubres. Dado o número de baixas e a insatisfação geral dos batalhões, que poderia levar a levantes e insurreições, muitos governos envolvidos na guerra enviaram às frentes de batalha doses da recém-descoberta cloroquina. Segundo os autores, o uso da substância deu-se de

forma tão ampla e desmedida que “a partir de 1943, quatro milhões de soldados aliados [...] já haviam usado a quinacrina, um análogo da cloroquina, por anos seguidos, e inúmeros efeitos colaterais foram conhecidos e relatados. A cloroquina só entrou na prática clínica em 1947, finda a guerra, como medicamento antimalárico”.

Assim, além de enviarem remédios experimentais às tropas, sabia-se que tal substância não teria qualquer efeito contra o tifo, a cólera ou a sarna e tantas outras doenças que atingiam os soldados. Todavia, a cloroquina era um meio paliativo e funcionaria para acalmar os ânimos das tropas revoltosas. Pensando na ordem da repetibilidade, poderíamos nos perguntar: no momento atual em que estamos, que guerra estamos enfrentando para que nos ofereçam medicações ineficazes? Por que razão estamos recebendo tratamento de guerra? Ao que tudo nos sugere, porque estamos numa guerra. Recebemos o mesmo tratamento dos soldados que eram utilizados como massa de manobra das suas máquinas de guerra, porque somos também nós massa de manobra a serviço de uma classe. O soldado transformado em mercadoria, objeto, punha sua vida em risco a defender interesses que não eram seus. Também nós arriscamos nossa vida a fim de nutrir desejos que não são nossos, mas daqueles que nos dominam e que nos transformando em mercadoria, relegam a nós uma sub-existência.

Todos esses atravessamentos do passado no presente, na ordem da repetibilidade, evidenciam o silenciamento, a censura, enfim a manutenção de uma ordem ditatorial, que se fazia vigente na Ditadura Militar Brasileira ou nos interesses imperialistas dos Estados-nação europeus no início do século XX. Mas que ditadura estaríamos nós atravessando nos estados democráticos de direito no Ocidente? O que poderia explicar nossa semelhança aos antigos Estados ditatoriais é o fato de que, democracias ou não, repúblicas ou monarquias, todos estes Estados-nação funcionam com práticas ditatoriais.

Sendo assim, o negacionismo não é produto da contemporaneidade, é algo já visto na história da humanidade e que está atrelado a interesses e manutenções de poder. Nesse âmbito, o negacionismo em relação à Covid-19 é uma reconfiguração de outros negacionismos já existentes.

De que forma se configura o discurso negacionista em relação à pandemia de Covid-19?

O discurso negacionista analisado se configura através da produção de negações, dadas pelo uso ou não de advérbios de negação (não, nunca, jamais etc.) e também de afirmações que produzem, no âmbito do interdiscurso, ataques a ou silenciamentos de dizeres

contrários. O discurso negacionista observado, principalmente nos enunciados do presidente, se dá antes por minimizações ou fatalismos do que por negações. Também utiliza-se do individualismo de forma a responsabilizar as pessoas pelo contágio e tratamento da doença, retirando, assim, a responsabilidade que caberia ao governo, de prezar pela saúde da população. Ademais, além das negações e de desvencilhar-se do compromisso do Estado, uma negação do que seja o próprio Estado, o discurso negacionista busca promover controvérsias, seja em relação aos números da Covid, seja em relação aos métodos de tratamento. Em resumo, negação, ataque e censura.

Quem são os sujeitos próprios dessas práticas discursivas?

No que se refere ao discurso negacionista em relação à Covid-19, os sujeitos vinculados a essas práticas discursivas são aqueles que, de uma forma ou de outra, identificam-se com uma formação discursiva de extrema-direita, da qual o presidente é um importante disseminador. Esses sujeitos que corroboram a ideia de que o Estado não deve operar uma ajuda efetiva às populações podem fazer parte do grupo de apoiadores e seguidores do presidente (vide capítulo anterior), aqueles que se identificam plenamente com esses dizeres e com as práticas efetuadas pelo presidente e pela equipe de governo, uma vez que se beneficiam delas, conforme atesta Indursky (2020, p. 368). Também reproduzem esses dizeres outros sujeitos, que são inclusive afetados pelas (in)ações do governo, mas que são interpelados ideologicamente e se identificam, de alguma forma, com esse discurso.

Constitui o discurso negacionista, ele próprio, uma formação discursiva? Ou seria ele parte constituinte de uma formação já dada?

O discurso negacionista que analisamos nesta dissertação não constitui, ele próprio, uma formação discursiva. Esse discurso está intimamente relacionado a uma formação discursiva de extrema-direita e também a uma formação discursiva neoliberal, que como pudemos ver, ambas mantêm relação entre si. Entretanto, como as fronteiras das formações discursivas são porosas, esse discurso também pode ser reproduzido por sujeitos que se inscrevem em outras formações discursivas, por conta da ação da interpelação ideológica já discutida no tópico anterior. Logo, concluímos que o discurso negacionista em relação à Covid-19 está relacionado a uma formação discursiva de extrema-direita, o que

parece repetir-se quando analisamos os velhos negacionismos, de modo que poderíamos nos perguntar: seriam os negacionismos artífices próprios da direita ou das classes dominantes?

Quais as condições de produção desse discurso?

As condições de produção que ocasionam o surgimento de um discurso negacionista em relação à Covid-19 estão relacionadas ao contexto imediato, isto é, às circunstâncias da enunciação, conforme definido por Orlandi (2005, p. 30), no qual, nesse caso, acontece uma pandemia de um vírus, até então desconhecido ao ser humano, e o país é regido por um governo abertamente de direita e neoliberal, que busca efetivar a atuação de um Estado Mínimo.

Somado a isso, tem-se uma memória discursiva que atua pela ordem da repetibilidade e restaura um discurso negacionista. Este que também encontra sentido na ordem de um funcionamento psíquico caracterizado pela necessidade de negar, ocultar ou recalcar aquilo que produz medo ou aversão ao sujeito. Dito sucintamente estas são as condições de produção do discurso negacionista analisado.

Que efeitos de sentido são produzidos por meio dele (discurso negacionista)? Tal discurso seria mera negação do fenômeno da pandemia ou imbricaria outros funcionamentos?

Através do discurso negacionista em relação à Covid-19, nega-se não apenas a pandemia ou a existência do vírus Sars-Cov-2, negam-se os direitos básicos dos cidadãos como: saúde (na medida em que lhe é oferecido um tratamento ineficaz ou na medida em que não existem cilindros de oxigênio suficientes para todos os hospitalizados); trabalho digno (na medida em que o trabalhador é submetido a situações insalubres, indignas e mais propensas ao contágio da doença); moradia (na medida em que, mesmo em situação emergencial de pandemia, as famílias podiam ser desapropriadas de suas casas em caso de atraso no pagamento dos aluguéis). Nega-se a função do Estado, de cumprir aquilo que lhe é impelido na Constituição Cidadã de 1988 enquanto introduz-se a lógica neoliberal como regra de funcionamento da sociedade.

Seriam tais posicionamentos do governo parte de um discurso negacionista?

Entendemos que o discurso é uma prática que não dissocia de outras práticas. O governo enquanto promovedor desse discurso, também o faz através de outras práticas. Todavia, estas ações dão-se na forma de inações. O discurso negacionista visa a retirar a obrigação estatal de promover ações que beneficiem as populações em relação à saúde e ao bem-estar social. Dessa forma, em consonância, o governo Bolsonaro se ausentou das práticas de políticas públicas, inculcando no povo esta obrigação de zelar por si próprio. De modo que podemos dizer que os posicionamentos do governo e suas (in)ações são também parte de um discurso negacionista capaz de ocupar uma ação além da discursiva e, assim, definir nosso modo de viver e de morrer.

Através desta pesquisa, vimos que a linguagem não funciona por si e para si, numa espécie de funcionamento idealista, alheia à realidade. A linguagem e os discursos são produzidos e orientados pelas condições materiais de produção e pela ideologia, esta que determinada todo e qualquer fazer humano, uma vez que “não existe prática, a não ser através de uma ideologia, e dentro dela” (ALTHUSSER, 1996, p. 131). De modo que a prática discursiva anda em consonância com outras práticas humanas. Como “a materialidade específica da ideologia é o discurso” (ORLANDI, 2009, p. 17), ele torna-se objeto privilegiado para a compreensão do funcionamento ideológico e, através dele, podemos ter pistas do funcionamento de uma sociedade.

Por esta razão e, como pudemos perceber, quaisquer discursos têm sua razão de ser; têm suas condições de produção que o levam a serem verbalizados e reproduzidos. Até mesmo um discurso negacionista, que pode produzir estranhamento⁷⁷, sendo entendido como algo do âmbito do *non sense*, possui uma razão de sê-lo e encontra sentido em outras práticas.

Em nosso percurso de análise, vimos que o discurso negacionista em relação à Covid-19 está atrelado a práticas neoliberais e conservadoras que visam a diminuir o papel do Estado, em relação a sua função social, enquanto culpa as pessoas e lhes imputa a obrigação de salvaguardar a si mesmas. Logo, aquilo que pode ser entendido como algo do âmbito do absurdo, cumpre uma função de nortear as ações e escancara, sem sutilezas ou meias palavras, a que objetiva o capital: manter a circulação das mercadorias enquanto mói os trabalhadores nas suas engrenagens. Afinal, em tempos de pandemia, com centenas de milhares de mortos, é

⁷⁷ Importante salientar que o discurso negacionista, como este que analisamos que visa a negar a pandemia de Covid-19, produz estranhamento aos sujeitos que não se identificam com esses dizeres e, por conseguinte, não tem pertencimento às formações discursiva e ideológica que possibilitam a construção desses enunciados.

preciso “cuidar para que CNPJs não morram”⁷⁸, o que evidencia o desprezo completo pelos CPFs que são, aparentemente, substituíveis.

Ademais, cabe-nos ao menos mencionar, ainda que não tenha sido discutida ao longo desta dissertação, a questão das instituições científicas que foram atingidas e desmoralizadas pelo discurso negacionista. Ainda que os enunciados negacionistas fossem motivados por interesses outros, como os que discutimos ao longo deste texto, eles atingiram, sobremaneira, a ciência brasileira, os profissionais pesquisadores e contribuíram na validação dos cortes de financiamentos públicos da ciência.

Embora isso tenha causado espanto em parte da comunidade científica, àquela que julgava produzir conhecimento científico neutro, que se entendia atrelada ao mundo capitalista, Pêcheux (1997, p.67) já nos alertava: o conhecimento científico não é neutro, ele é um produto histórico e ideológico. Por conseguinte, sempre ele implicará e expressará uma tomada de posição por parte do cientista. Nesse caso, do negacionismo em relação à Covid-19, a posição ocupada pela maior parte dos cientistas (de opor-se ao uso da cloroquina como tratamento precoce) foi entendida como uma afronta, um empecilho, frente aos interesses dos detentores dos meios de produção, razão pela qual se produziram os ataques à ciência.

Portanto, acreditamos que sejam estas as principais contribuições desta dissertação: mostrar que todo discurso, por mais que pareça desconexo da realidade, existe por conta de um funcionamento, atendendo a determinados interesses, uma vez que “todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes” (PÊCHEUX, 1997, p. 92).

Um discurso negacionista, que nega veementemente a existência de uma pandemia, adquire novos sentidos e novas possibilidades, inclusive materiais, quando passa a fazer parte e a gerir políticas de Estado, uma vez que a prática discursiva não dissocia de outras práticas materiais. Assim, o discurso vai definindo, orientando e conduzindo, ideologicamente, os modos pelos quais havemos de viver e morrer. Quando realizamos este gesto de análise, ensinamos não apenas descrevê-lo ou explicá-lo, mas principalmente captá-lo em sua complexidade, pois a partir do momento que passamos a entendê-lo, podemos melhor vislumbrar formas de transformação.

⁷⁸ Em maio de 2020, quando Bolsonaro esteve em reunião com o STF para decidir sobre a abertura do comércio, um empresário que estava presente teria afirmado que “Haverá mortes de CNPJ”. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/05/07/interna_politica,1145275/com-bolsonaro-no-stf-empresario-diz-havera-mortes-de-cnpj.shtml. Acesso em: 16 jun. 2022.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos Ideológicos do Estado. In: ŽIŽEK, Slavoj (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

AMORIM, Wilson Aparecido Costa de. Futuro do trabalho no Brasil: cuidar das instituições. **Revista de Administração de Empresas**, v. 60, n. 5, p. 371-377, out. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-759020200507>. Acesso em 2 fev. 2022.

BARATA, Rita de Cássia Barradas. **Meningite: uma doença sob censura?** São Paulo: Cortez, 1988.

BARATA, Rita Barradas; MORAES, José Cássio de. A doença meningocócica na cidade de São Paulo durante o Século XX. In: MOTA, André; MARINHO, Maria Gabriela S. M. C.; BERTOLLI FILHO, Cláudio (org.). **As enfermidades e suas metáforas: epidemias, vacinação e produção de conhecimento**. São Paulo: CDG, 2015. p. 71-94. Disponível em: https://www.fm.usp.br/museu/conteudo/museu_141_novo_miolo_ufabc_fmusp_vol_7.pdf. Acesso em 20 jul. 2021.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BERNARDO, André. **Escolas fechadas, hospitais lotados, eventos cancelados e dados censurados: o Brasil da meningite de 1974**. 2020. BBC News. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52058352>. Acesso em: 14 abr. 2021.

BIRMAN, Joel. **O trauma na pandemia do coronavírus: suas dimensões políticas, sociais, econômicas, ecológicas, culturais, éticas e científicas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2020.

COGGIOLA, Osvaldo. **Teoria econômica marxista: uma introdução**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

CORRÊA, Marilena Cordeiro Dias Villela; VILARINHO, Luiz; BARROSO, Wanise Borges Gouvea. Controvérsias em torno do uso experimental da cloroquina/hidroxicloroquina contra a Covid-19: “no magicbullet”. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 1-21, jun. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/b7yZMQVvNT43kpB76hDcFrm/?lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2022.

DALTOÉ, Andréia da Silva; MARQUES, Juliene da Silva. A im(p)unidade parlamentar: ditadura e memória. **Revista Memorare**, v. 4, n. 3, p. 61, 21 nov. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.19177/memorare.v4e3201761-77>. Acesso em 2 fev. 2022.

DARWIN, Charles. **A origem das espécies**. Trad. de Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edipro, 2018.

DUARTE, André de Macedo; CÉSAR, Maria Rita de Assis. Negação da Política e Negacionismo como Política: pandemia e democracia. **Educação & Realidade**, v. 45, n. 4, p. 1-22, jun. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-6236109146>. Acesso em 2 fev. 2022.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. Prefácio à edição brasileira. In: ZIZEK, Slavoj. **Pandemia: covid-19 e a reinvenção do comunismo**. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 7-17.

GOULART, Adriana da Costa: Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 12, n. 1, p. 101-42, jan.-abr. 2005.

GRIGOLETTO, Evandra. Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. **Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007, p. 123-134.

HALLAL, Pedro C. SOS Brazil: Science underattack. **The Lancet**, v. 397, n. 10272, p. 373-374, jan. 2021. Elsevier BV. [http://dx.doi.org/10.1016/s0140-6736\(21\)00141-0](http://dx.doi.org/10.1016/s0140-6736(21)00141-0).

INDURSKY, Freda. O mal-estar na política e na cultura brasileiras, hoje. In: MITTMANN, Solange; JUNG DE CAMPOS, Luciene. (Orgs.). **Análise do Discurso: da inquietude ao incômodo lugar**. Campinas: Pontes, 2019.

INDURSKY, Freda. O trabalho discursivo do sujeito entre o memorável e a deriva. **Signo y Señal**, v. 1, n. 24, p. 91-104, dez. 2013. Disponível em: <http://revistas.filo.uba.ar/index.php/sys/article/view/118>. Acesso em: 30 jul. 2021.

INDURSKY, Freda. O teatro do grotesco como cenário de desconstrução do Brasil. **Revista da Abralin**, v. 19, n. 3, p. 365-388, 2020.

INDURSKY, Freda. Polêmica e denegação: dois funcionamentos discursivos da negação. **Cadernos de Estudos da Linguagem**, Campinas, v. 19, n.1, p. 117-122, jul.-dez. 1990.

INDURSKY, Freda. Que povo é esse? **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 1, n. 4, p. 101-114, jun. 1995.

LIMA, Luiz Octavio de. **Os anos de chumbo: a militância, a repressão e a cultura de um tempo que definiu o destino do Brasil**. São Paulo: Planeta, 2020.

LÖWY, Michel. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In: SINGER, A. et. al. **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MAZUI, Guilherme. **Jair Bolsonaro é eleito presidente e interrompe série de vitórias do PT**. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/28/jair->

bolsonaro-e-eleito-presidente-e-interrompe-serie-de-vitorias-do-pt.ghtml. Acesso em: 12 de maio de 2020.

MELO, José Romério Rabelo et. al. Automedicação e uso indiscriminado de medicamentos durante a pandemia da COVID-19. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 4, p. 1-5, fev. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00053221>. Acesso em 2 fev. 2022.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e leitura**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ORLANDI, EniPuccinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 6. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

ORLANDI, EniPuccinelli. O objeto de ciência também merece que se lute por ele. In: MALDIDIÉ, Denise. **A inquietação do discurso**: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Campinas: Pontes, 2003. p. 9-13.

ORLANDI, EniPuccinelli. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5. ed. Campinas: Pontes, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Recortar ou segmentar? In: **Linguística**: questões e controvérsias. Série Estudos. Uberaba: Faculdades Integradas de Uberaba, 1984. p. 09-26.

ORLANDI, Eni Puccinelli (2021). Volatilidade da interpretação: política, imaginário e fantasia. **Cadernos de Linguística**, v. 2, n. 1, p. 01-15.

OYAMA, Thaís. **Tormenta**: o governo Bolsonaro: crises, intrigas e segredos. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

PASTERNAK, Natália. **Contra o negacionismo**. 2022. Em entrevista à Luiza Antunes. Ecoa UOL. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/natalia-pasternak-cada-um-deve-ser-multiplicador-da-mensagem-da-ciencia/>. Acesso em: 2 fev. 2022.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1997.

PÊCHEUX, Michel. O estranho espelho da Análise do Discurso. In: COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: Edufscar, 2009. p. 21-26.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

PIOVEZANI, Carlos. O presidente de palavra vã e a necropolítica brasileira. In: PIOVEZANI, Carlos; GENTILE, Emilio. **A linguagem fascista**. São Paulo: Hedra, 2020. p. 227-245.

SALGADO-NETO, Geraldo; SALGADO, Aquiléa. Sir Francis Galton e os extremos superiores da curva normal. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 45, n. 1, p. 223-239, abr. 2011.

SCHNEIDER, Catarina Menezes. **A construção discursiva dos jornais O Globo e Folha de S. Paulo sobre a epidemia de meningite na Ditadura Militar brasileira (1971- 1975).**

Dissertação (Mestrado em Comunicação)- Programa de Pós- graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 181f, 2016.

SILVA SOBRINHO, Helson Flávio da. Estado, política e farsa: o golpe de 2016 e o discurso na reprodução do capital. In: GRIGOLETTO, Evandra; NARDI, Fabiele Stockmans de; SILVA SOBRINHO, Helson Flávio da (org.). **Silêncio, memória, resistência: a política e o político no discurso.** Campinas: Pontes, 2019. p. 57-77.

SODRÉ, Francis. Epidemia de Covid-19: questões críticas para a gestão da saúde pública no Brasil. Trabalho, **Educação e Saúde**, v. 18, n. 3, 2020, e00302134. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00302

SOUZA, Christiane Maria Cruz de. A epidemia de gripe espanhola: um desafio à medicina baiana. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, [S.l.], v. 15, n. 4, p. 945-972, dez. 2008. Disponível em:<http://dx.doi.org/10.1590/s0104-59702008000400004>. Acesso em: 2 fev. 2022.

UJVARI, Stefan Cunha. **História das epidemias.** São Paulo: Contexto, 2020.

ŽIŽEK, Slavoj. **Pandemia: Covid-19 e a reinvenção do comunismo.** São Paulo: Boitempo, 2020.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Cronologia da Pandemia COVID-19 no Brasil (2020)

Data	Ocorrido	Nº de casos confirmados	Nº de óbitos
Janeiro			
05/01	Publicado primeiro alerta da OMS, relatando “pneumonia desconhecida” em Wuhan, na China.	0	0
28/01	OMS admite que há grande risco de uma epidemia de proporções globais.	0	0
Fevereiro			
09/02	34 brasileiros são trazidos de Wuhan, na China e são isolados por 14 dias.	0	0
26/02	Confirmado primeiro caso de coronavírus no Brasil. Paciente era um homem que havia voltado de viagem à Itália.	1	0
29/02	Confirmado segundo caso de coronavírus. Paciente havia chegado de viagem à Lombardia.	2	0
Março			
05/03	Confirmada transmissão local de coronavírus no país.	8	0
06/03	-	13	0
17/03	Confirmada primeira morte por coronavírus no Brasil	291	1
22/03	-	1.546	25
31/03	-	4.683	167
Abril			
01/04	-	5.868	203
15/04	-	25.758	1.557
30/04	-	79.685	5.513
Maiο			
03/05	-	100.147	7.025

15/05		204.795	14.058
31/05	-	514.849	29.314
Junho			
05/06	-	645.771	35.026
16/06	-	923.189	45.241
30/06	-	1.402.041	59.656
Julho			
07/07	-	1.674.655	66.741
15/07	-	1.970.909	75.523
31/07	-	2.666.298	92.568
Agosto			
06/08	-	2.912.212	98.493
15/08		3.229.621	105.564
30/08		3.862.116	120.896
Setembro			
04/09		4.092.832	125.521
15/09		4.284.299	133.207
30/09		4.810.935	143.952
Outubro			
05/10		4.940.499	146.773
15/10		5.170.996	152.513
30/10		5.519.528	159.562
Novembro			
05/11		5.614.258	161.779
15/11		5.863.093	165.798
30/11		6.336.278	173.165
Dezembro			
05/12		6.576.699	176.641
15/12		6.974.258	182.854
30/12		7.675.781	194.976

Fonte: Elaborado pela autora, 2021, a partir de dados retirados dos seguintes sites:

1) <https://www.sanarmed.com/linha-do-tempo-do-coronavirus-no-brasil>. Acesso em: 09 nov. 2021.

2) <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/10/05/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-em-5-de-outubro-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml>. Acesso em: 09 nov. 2021.

